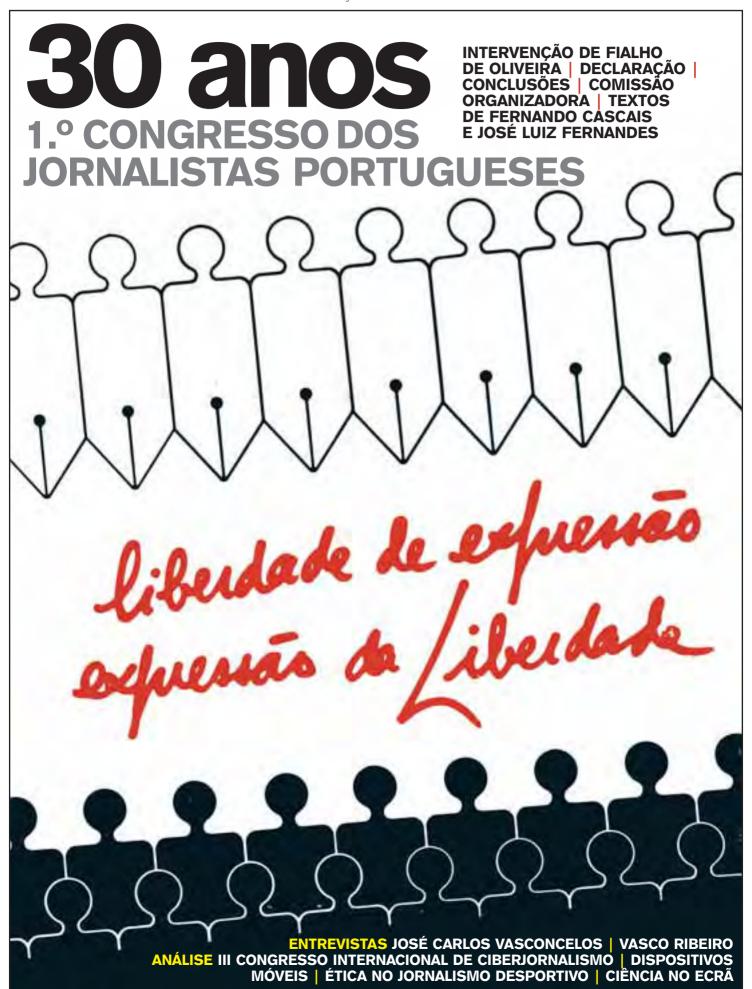
JORNALISMO & JORNALISTAS

JJ é uma edição do Clube de Jornalistas >> nº 53 Jan/Mar 2013 >> 2,50 Euros





DE LISBOA AO REINO UNIDO PARTIDA A 13 MAIO DE LISBOA

5 NOITES DE CRUZEIRO A BORDO DO MSC ÓPERA PREÇO BASE POR PESSOA EM CAMAROTE DUPLO INTERIOR: 471€ + TAXAS: 150€ | TOTAL: 621€

399€

FIORDES DA NORUEGA PARTIDA A 31 DE MAIO DE LISBOA

AVIÃO LISBOA-COPENHAGA-LISBOA 1 NOITE EM COPENHAGA + 7 NOITES DE CRUZEIRO A BORDO DO VISION OF THE SEAS PREÇO BASE POR PESSOA EM CAMAROTE DUPLO INTERIOR 899€ + TAXAS: 316€ | TOTAL: 1.215€

NORTE DA EUROPA E ATLÂNTICO PARTIDA A 11 JULHO E 9 SET DE LISBOA

10 NOITES DESDE 6<u>4</u>7/=

10 NOITES DE CRUZEIRO A BORDO DO MSC ÓPERA PREÇO BASE POR PESSOA EM CAMAROTE DUPLO INTERIOR: 647€ + TAXAS: 195€ | TOTAL: 842€

BÁLTICO

PARTIDA A 20 DE JULHO DE LISBOA

AVIÃO LISBOA-ESTOCOLMO-LISBOA 2 NOITES EM ESTOCOLMO + 7 NOITES A BORDO DO VISION OF THE SEAS PREÇO BASE POR PESSOA EM CAMAROTE DUPLO INTERIOR 1.179€ + TAXAS: 345€ | TOTAL: 1.524€

CARAÍBAS ORIENTAIS PARTIDA A 23 AGOSTO DE LISBOA

50€

AVIÃO LISBOA-MIAMI-LISBOA 1 NOITE EM MIAMI + 7 NOITES A BORDO DO OASIS OF THE SEAS PREÇO BASE POR PESSOA EM CAMAROTE DUPLO INTERIOR: 1.150€ + TAXAS: 620€ | TOTAL: 1.770€

CARAÍBAS OCIDENTAIS PARTIDA A 30 AGOSTO DE LISBOA

AVIÃO LISBOA-MIAMI-LISBOA NOITE EM MIAMI + 7 NOITES A BORDO DO OASIS OF THE SEAS PREÇO BASE POR PESSOA EM CAMAROTE DUPLO INTERIOR 1.100€ |TAXAS: 620€ | TOTAL: 1.720€

BÁLTICO

PARTIDA A 30 AGOSTO DE LISBOA

AVIÃO LISBOA-COPENHAGA-LISBOA 1 NOITE EM COPENHAGA + 7 NOITES A BORDO DO VISION OF THE SEAS PREÇO BASE POR PESSOA EM CAMAROTE DUPLO INTERIOR 999€ | TAXAS: 359€ | TOTAL: 1.358€



CRUZEIRO MEDITERRÂNEO OCIDENTALPARTIDA A 22 SETEMBRO DE LISBOA

8 NOITES DE CRUZEIRO A BORDO DO MSC MAGNÍFICA PREÇO BASE POR PESSOA EM CAMAROTE DUPLO INTERIOR: 455€+TAXAS: 180€ | TOTAL: 635€

MEDITERRÂNEO OCIDENTAL PARTIDA A 29 SET/ 7 A 23 OUT DE LISBOA

486€

8 NOITES DE CRUZEIRO A BORDO DO MSC POESIA PREÇO BASE POR PESSOA EM CAMAROTE DUPLO INTERIOR: 486€ + TAXAS: 180€ | TOTAL: 635€

DE LISBOA A MIAMI A 28 DE OUTUBRO DE LISBOA

AVIÃO MIAMI-LISBOA NOITE EM MIAMI + 13 NOITES A BORDO DO VISION OF THE SEAS PREÇO BASE POR PESSOA EM CAMAROTE DUPLO INTERIOR: 553€ | TAXAS: 446€ | TOTAL: 999€

Consulte uma agência Halcon Viagens para conhecer o itinerário e respectivas condições correspondentes a cada programa.

707 200 201 Halcon.pt



Director Mário Zambujal

Direcção Editorial Eugénio Alves

Fernando Correia

Conselho Editorial Fernando Cascais

Francisco Mangas José Carlos de Vasconcelos

Manuel Pinto Mário Mesquita Oscar Mascarenhas

Grafismo José Souto

Secretária de Redacção Palmira Oliveira

Colaboram neste número

Ana Jorge Anabela de Sousa Lopes Catarina Pires

Cátia Carmo (DISC. U. NOVA) Estrela Serrano

Helena Freitas (FREELANCER) José Luiz Fernandes (INV. DO CIES/ISCTE-IUL; ECREA)

Luís Humberto Teixeira (FREELANCER) Maria José Brites (CIMJ, U. LUSÓF. PORTO)

Maria José Mata Mário Rui Cardoso (RTP - ANTENA 1) Melissa Rato (DISC. U. NOVA)

(U. NOVA; CIMJ)

(ESCS: CIMJ) (NOTÍCIAS MAGAZINE)

(ESCS, CIMJ) Fernando Cascais (U. CATÓLICA: CENJOR) Filipe Paiva (FREELANCER)

Liliana Pacheco (INV. DO CIES/ISCTE-IUL)

(ESCS; CIMJ)

Pedro Jerónimo (OBCIBER - OBSERVAT. DE CIBERJ.)

CLUBE DE IORNALISTAS Propriedade

> A produção desta revista só se tornou possível devido aos seguintes apoios:

- Caixa Geral de Depósitos
- Lisgráfica
- Fundação Inatel
- Vodafone

Tratamento de Pré & Press

Campo Raso, 2710-139 Sintra imagem

Impressão Lisgráfica, Impressão e Artes

Gráficas, SA Casal Sta. Leopoldina,

2745 QUELUZ DE BAIXO

Dep. Legal: 146320/00 ISSN: 0874 7741 Preço: 2,49 Euros

Tiragem deste número 2.000 ex.

> Redacção, Distribuição, Venda e Assinaturas

Clube de Jornalistas R. das Trinas, 127 1200 Lisboa Telef. - 213965774 Fax- 213965752

e-mail:

cj@clubedejornalistas.pt

DISTRIBUIÇÃO GRATUITA AOS SÓCIOS DO CLUBE DE JORNALISTAS

Site do CJ www.clubedejornalistas.pt

TEMA **HÁ 30 ANOS**

1.º CONGRESSO DOS JORNALISTAS **PORTUGUESES**

O Congresso representou a concretização de uma aspiração de décadas dos jornalistas portugueses, que só a conquista das liberdades proporcionada pelo 25 de Abril - e ultrapassados os anos complexos e agitados que se seguiram à Revolução - viria a permitir. Revelou-se um momento crucial na afirmação dos jornalistas como um grupo profissional consciente da sua identidade, da necessidade da sua autonomia, dos seu deveres e direitos, do seu lugar central e indispensável numa sociedade democrática.

ENTREVISTA JOSÉ CARLOS DE VASCONCELOS SOBRE A CRISE NA IMPRENSA: «Os bons jornais e as boas revistas vão sobreviver» Por Helena de Sousa Freitas

VASCO RIBFIRO «A assessoria de imprensa trabalha em cima das brechas do jornalismo»

ANÁLISE III CONGRESSO INTERNACIONAL DE CIBERJORNALISMO Convergência insipiente nas redacções portuguesas Por Pedro Jerónimo

JORNALISMO E DISPOSITIVOS MÓVEIS Apps entra no léxico jornalístico

Por Pedro Jerónimo

Por Maria José Brites

ENCONTRO SOBRE ÉTICA NO JORNALISMO DESPORTIVO Os valores do iornalismo no "altar da concorrência"

Por Anabela de Sousa Lopes e Maria José Mata

"CIÊNCIA NO ECRÃ" A ciência no prime-time Por Ana Jorge

REPORTAGEM VIAGEM POR DIFERENTES FREQUÊNCIAS Por Cátia Carmo



JORNAL

[58] Livros Por Estrela Serrano e Liliana Pacheco [62] Sites Por Mário Rui Cardoso

Assine a JJ













JJ – *Jornalismo e Jornalistas* A única revista portuguesa editada por jornalistas exclusivamente dedicada ao jornalismo

Indispensável para estudantes, professores, investigadores e todos os que se interessam pelo jornalismo em Portugal e no mundo

Pretende ter um acesso fácil e seguro à JJ?

Assine a nossa revista, recebendo em sua casa, regularmente, os quatro números que editamos por ano, num total de 256 páginas, por apenas 10 euros, bastando enviar-nos os elementos constantes do cupão junto

Dossiês ● análises ● entrevistas ● notícias ● recensões ● crónicas ● comentários ● memórias Imprensa ● Rádio ● Televisão ● Jornalismo digital ● Fotojornalismo ● Cartoon

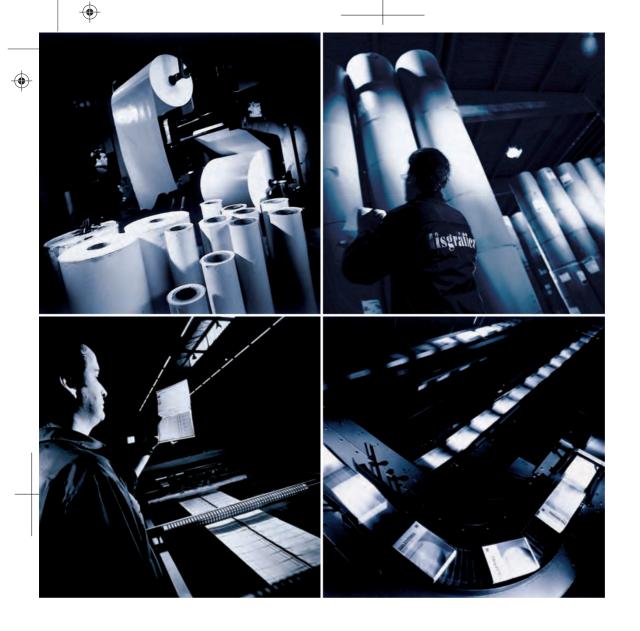
Ao longo de mais de dez anos, a JJ tem-se afirmado, quer nas salas de redacção quer nas universidades, como uma ferramenta fundamental para todos os que pretendem estar informados sobre a reflexão e o debate que, no país e no estrangeiro, se vão fazendo sobre o jornalismo e os jornalistas.

JORNALISMO & JORNALISTAS

Clube de Jornalistas - R. das Trinas, 127 r/c - 1200 857 Lisboa

Uma edição do **Clube de Jornalistas**

Rua das Trinas, 127 r/c 1200 857 Lisboa Telef. 213965774 e-mail: cj@clubedejornalistas.pt



A Lisgráfica imprime mais de 15 milhões de exemplares por semana de revistas, jornais, listas telefónicas e boletins.

A Lisgráfica é a maior indústria gráfica da Península Ibérica. Apenas na área de publicações, é responsável pela impressão de mais de 100 títulos diferentes. O que significa dizer que todos os dias a maioria dos portugueses tem contacto com os nossos produtos.





Há 30 anos 1.º Congresso

O Congresso representou a concretização de uma aspiração de décadas dos jornalistas portugueses, que só a conquista das liberdades proporcionada pelo 25 de Abril – e ultrapassados os anos complexos e agitados que se seguiram à Revolução – viria a permitir. Revelou-se um momento crucial na afirmação dos jornalistas como um grupo profissional consciente da sua identidade, da necessidade da sua autonomia, dos seu deveres e direitos, do seu lugar central e indispensável numa sociedade democrática. As Conclusões constituem *a primeira grande carta de princípios dos jornalistas portugueses*, cuja validade, na sua substancia, e descontadas as imposições conjunturais, ainda hoje se mantém.

m 19 de Janeiro de 1983, no Grande Auditório da Fundação Calouste Gulbenkian, em Lisboa, realizou-se a sessão inaugural do I Congresso dos Jornalistas Portugueses, sob o lema "Liberdade de Expressão, expressão da Liberdade".

Os trabalhos prolongaram-se até ao dia 22, com mais de uma centena de intervenções e a participação de centenas de jornalistas e também de convidados estrangeiros, nomeadamente de todos os países de língua oficial portuguesa, e de estudantes de comunicação social.

A sessão inaugural foi presidida pelo Presidente da República, General Ramalho Eanes, ladeado pelo Presidente da Assembleia da República, Leonardo Ribeiro de Almeida, e pelo Presidente da Fundação Gulbenkian, Azeredo Perdigão.

O PR condecorou D. Wanda Ramos - figura querida e

ublicamos nestas páginas alguns documentos essenciais do Congresso: a intervenção de abertura proferida por Fialho de Oliveira em nome da Comissão Organizadora, a Declaração final e as Conclusões aprovadas. Publicamos ainda a composição da Comissão Organizadora, assim como dois depoimentos – os que recebemos de vários solicitados – da autoria de Fernando Cascais, da Comissão Organizadora, e de José Luiz Fernandes, do Secretariado e da Comissão Executiva.

inesquecível de gerações de jornalistas – com a Ordem de Benemerência pelos seus 40 anos ao serviço do Sindicato.

Os debates decorreram em quatro sessões temáticas: Questões gerais sobre o direito à informação e liberdade de informar; Exercício do jornalismo em Portugal; Questões socioprofissionais; Formas específicas de jornalismo

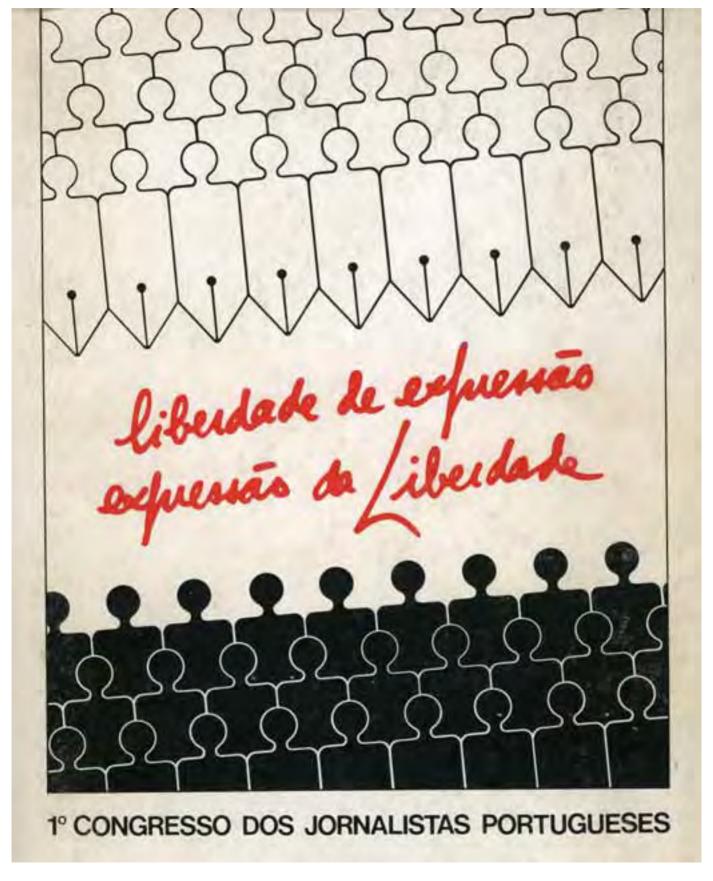
Nas diversas sessões foram apresentadas várias propostas, moções e recomendações, muitas das quais sujeitas à votação e aprovadas ou não.

O Congresso foi promovido pelo Sindicato dos Jornalistas e planeado e concretizado por uma Comissão Organizadora, uma Comissão Executiva e um Secretariado, cujos trabalhos se iniciaram cerca de um ano e meio antes e incluiu reuniões e debates em diversos pontos do país..

A Comissão de Honra do Congresso integrava os seguintes jornalistas: Abel Pereira, António Paulouro, Fernando Pessa, Firmino Marques da Costa, Francisco Mata, Hugo Rocha, Jacinto Baptista, José Alves dos Santos, Manuel Alpedrinha, Manuel de Azevedo, Manuela de Azevedo, Manuela de Azevedo, Manuel Ramos, Manuel da Silva Costa, Maria Lamas, Norberto Lopes, Raul Rêgo e Sebastião Cardoso.

Por iniciativa do Sindicato, realizou-se, à margem do Congresso, uma reunião com os representantes de Angola, Brasil, Cabo Verde, Guiné-Bissau, Moçambique, Portugal e S. Tomé e Príncipe, da qual saiu uma Declaração comum e, entre outras, a decisão de realizar o I Encontro de Jornalistas dos Países de Língua Oficial Portuguesa. **E. Correia**

dos Jornalistas Portugueses







Intervenção de Fialho de Oliveira em nome da Comissão Organizadora

Na sessão de abertura do Congresso, Fialho de Oliveira, falando em nome da Comissão Organizadora, referiu-se às razões que tinham levado à realização deste Congresso pioneiro, sublinhando o desejo de que ele constituísse um acto simultaneamente de cultura, de liberdade, de camaradagem e de dignidade.



uando, na cidade do Porto, foi anunciado este I Congresso dos Jornalistas Portugueses, recordámos (reafirmando) que Portugal não se confina à capital do país. Antes vive, lute e engrandece-se no seu espaço inteiro que é, afinal, todo o seu território, sem divisões geográficas, sem fronteiras políticas e sem feudos culturais.

Congregar os jornalistas de todo o país foi um

Congregar os jornalistas de todo o país foi um desafio logo aceite.

Durante os trabalhos preparatórios, saímos de Lisboa e fomos até à capital do Norte, depois a Ponta Delgada e ao Funchal. Promovemos conferências e debates. Reunimos profissionais da Informação das mais diferentes gerações e defensores dos mais variados projectos de sociedade.

Contámos nessas jornadas com a activa participação de nomes como Norberto Lopes e Raul Rêgo, Torquato da Luz, Baptista-Bastos e Fernando Dacosta, Miguel Urbano Rodrigues, Pedro Feytor Pinto, António Valdemar e Pedro Cid, Jacinto Baptista e Mário Ventura Henriques, Artur Anselmo e José Manuel Tengarrinha, Mário Mesquita e Fernando Assis Pacheco

Nesses reencontros da classe (que nos fortaleceram na luta pela liberdade de expressão, expressão da liberdade - lema escolhido para esta magna reunião) compreendemos a importância (e até a grandeza) da reflexão maior que estamos hoje iniciando.

Porém, o Congresso não se esgota nestes dias de trabalho. Vai continuar ao longo do ano, através de outras manifestações de carácter cultural já programadas para Lisboa, Porto, Funchal e Ponta Delgada. Delas destaco a exposição sobre «A Informação em Portugal» e o concerto «Cantar a Liberdade» .

Gerações de jornalistas sonharam com este momento: a classe reunida, a poder discutir livremente os seus problemas. Muitos morreram anonimamente, quase sem direito a uma simples menção nos jornais que sacrificadamente serviram. Alguns partiram sem que uma só vez lhes tivesse sido reconhecido o direito de assinar as suas próprias páginas: as reportagens, os seus casos de rua ou de polícia, numa palavra, as peças de todos os dias.

Outros ficaram na história do jornalismo português.

Mas todos, sem distinção, gostariam de ter partilhado da concretização deste velho sonho.

Recordaremos apenas alguns desses nomes: Artur Portela, Amadeu de Freitas, Acúrcio Pereira, Joaquim Manso, Urbano Robrigues, Luis Teixeira, Norberto Araújo, José Barão, António Tinoco, Renato Boaventura, Maurício de Oliveira, José Manuel Pereira da Costa, Fernando Peres e Urbano Carrasco.

É uma evocação saudosa. E é também a homenagem à memória de quantos, neste país, souberam ser jornalistas.

Mas porquê só agora este Congresso?

Por muitas razões; porém, de entre todas, fazemos referência apenas a quatro:

- primeiro, tratava-se de uma velha aspiração da classe, um desejo que foi ganhando forma, amadurecendo, e que acabou por se impõr:
- em segundo lugar, os novos desafios que fomos obrigados a enfrentar, com as novas tecnologias da imprensa, a maioridade da rádio e a explosão da TV, exigindo a todos uma mais cuidada preparação profissional, um maior rigor ético e um enquadramento deontológico mais sério e mais aprofundado;
- depois, fomos sendo confrontados com o ingresso na classe de novos profissionais e com a integração dos que, trabalhando nas Redacções da rádio, da televisão e dos jornais desportivos, bem como noutros órgãos de comunicação social, tinham estado marginalizados;
- finalmente, porque o ano que terminou há dias foi de facto um ano negro para os jornalistas portugueses: em 1982 se registou a tentativa de silenciamento da ANOP e foi desmantelada a informação do segundo canal da televisão; 82 foi o ano que assistiu a mais processos de intimi-



dação e em que se lamentaram mais incidentes com elementos das forças policiais.

(...)

Não mais vai ser possível fechar as fronteiras, impedir a circulação da Cultura e da Informação. Deveria ser ridículo (eu diria grotesco) admitir a reincarnação de novos inquisidores da palavra.

É claro que ainda existem alguns: infiltrados nos mais poderosos meios de comunicação social, usam as máscaras mais desconcertantes.

Tradicionais grupos de pressão reorganizam-se. Apoiando ou desestabilizando o poder, colocam ao seu serviço as mais sofisticadas máquinas de informar.

E os próprios agentes do Poder deveriam distanciar-se de semelhantes manobras sem regras e sem ética; deveriam ser exemplares no seu comportamento. Engano: não conseguem muitas vezes libertar-se da tentação de transformar a propaganda em angélica informação. Tal não constitui senão uma espécie de brinde envenenado para os menos atentos a certas estratégias de envolvimento e adormecimento da comunidade.

A rádio e a televisão permitem o acesso praticamente automático dos líderes políticos. Meios de contacto imediato, constituem uma ameaça permanente se utilizados de forma indevida.

Um sociólogo norte-americano, quando analisa o fenómeno alerta precisamente para o facto de «ao controlar tanta atenção de tantas pessoas num meio tão poderoso como a televisão, seria possível levar o país a uma acção irreversível ou desviá-lo do seu destino numa escala histórica».

Todavia, não basta falar apenas das ameaças e dos abusos dos vários poderes: tal não traduziria o mundo real em que vivemos. **Não chega apontar os desvios dos outros, varrer o nosso terreiro, sem a coragem de assumirmos os nossos próprios desvios.**

Também, não somos uma classe de deuses: os jornalistas constituem alvos por vezes fáceis para interesses que em nada se identificam com o seu código ético. É natural.

Precisamente por aqui passa a dignidade do exercício da profissão; mas ela terá de exigir independência económica e, por isso, salários compatíveis, um correcto enquadramento de acordo com a importância da sua missão, a formação permanente de bases e quadros e sem esquecer os directores dos órgãos de comunicação social.

A liberdade de expressão que nos foi devolvida pelos capitães do 25 de Abril, a morte que desejamos definitiva das censuras e dos institucionalizados exames prévios, traduzem a conquista maior da história do jornalismo português.

Independentemente das opções ideológicas, ninguém que seja jornalista de corpo inteiro deixará de reconhecer este mérito dos homens de Abril.

Nem tudo, no entanto, foi digno da nossa classe: houve deserções, actos menos transparentes, confrontos doloro-

sos, exílios magoados. Mas «a concórdia é possível, será inevitável, numa classe mais ampla, mais solidária e mais ilustrada».

Felizmente, não pensamos todos da mesma maneira. Porém, o que nos une é muito mais importante do que tudo quanto nos separa.

Muitas questões vão aqui ser debatidas: desde o direito que temos à liberdade de expressão, à nova Ordem Internacional da Informação, ao ensino do jornalismo, à formação profissional e reciclagem, às condições de trabalho, às novas tecnologias, ao acesso às fontes de informação e sua defesa.

O nosso encontro foi aberto a todos os jornalistas profissionais, sindicalizados ou não. Conta com a presença de cerca de uma centena de jovens estudantes de comunicação social. Reúne nesta casa oitocentos nomes do mundo da Informação.

Nossos convidados, vieram jornalistas de Angola, de Moçambique, de São Tomé, de Cabo Verde, da Guiné-Bissau, do Brasil, da Espanha, de França, Itália, Bélgica, Marrocos.

Estão connosco representantes da UNESCO, da Federação Internacional dos Jornalistas, da Federação dos Jornalistas Arábes, da Federação Latino-Americana de Jornalistas e da Organização Internacional de Jornalistas.

A presença de tão numerosa representação internacional demonstra claramente o interesse dos nossos camaradas estrangeiros pelo conceito universal das nossas actuais preocupações, bem traduzidas no lema deste Congresso.

Mas o que é que nós queremos, afinal, que seja este Congresso? Queremos que seja um acto de cultura porque, sendo o jornalismo uma constante referência histórica na memória da comunidade, não faria sentido que essa memória não estivesse presente, através de várias manifestações de carácter cultural.

Queremos que seja um acto de liberdade porque se trata de um reencontro de portugueses, homens e mulheres, que teimam em ser livres, defendendo e escolhendo para lema a liberdade de expressão como símbolo maior da expressão da liberdade.

Queremos que seja um acto de camaradagem porque, independentemente das opções de cada um, somos companheiros da mesma jornada, da mesma luta, contra os marginais da verdade e contra os manipuladores da informação.

Queremos, finalmente, que seja um acto de dignidade porque só entendemos a missão de informar tendo como vectores a procura incessante da objectividade inatingível, o rigor, o pluralismo e a isenção, para que o exercício da profissão seja exemplar e se revista de incontroverso carácter e de natural mérito.

(...)

Extractos e destaques da responsabilidade da Redacção



Declaração

Os jornalistas portugueses, reunidos no seu I Congresso, em Lisboa, nos dias 19, 20, 21 e 22 de Janeiro de 1983, sob o lema "Liberdade de expressão, expressão da Liberdade", declaram:

- **1.** Defender a liberdade de expressão e o direito à informação, com repúdio por todas as formas de censura;
- **2.** Lutar pela dignidade do exercício da profissão, exigindo o respeito pelos princípios consagrados no Estatuto do Jornalista e no Código Deontológico, cujo reconhecimento legal é imperativo;
- **3.** Exigir o rigoroso cumprimento da legislação em vigor e tomar iniciativas que eliminem as lacunas existentes;
- **4.** Defender o livre acesso às fontes de informação, que algumas autoridades violam frequentemente, chegando à agressão física de profissionais da comunicação social;
- **5.** Lutar pela dignificação e pelo reforço da actividade dos Conselhos de Redacção;
- **6.** Repudiar todas as tentativas de instrumentalização e silenciamento dos órgãos de comunicação social do Estado, por forças políticas e económicas, e reclamar a manutenção do sector público enquanto garantia de uma informação pluralista, independente e isenta;
- **7.** Rejeitar todas as formas de pressão económica, particularmente a imposição de regimes precários de contratação que condicionam o exercício pleno da actividade do jornalista;
 - 8. Exigir o fim dos despedimentos e marginalização

- por motivos políticos e o respeito pela competência profissional, único critério para a responsabilização e definição de hierarquias;
- **9.** Apoiar a criação do ensino superior de jornalismo, de centros de formação profissional permanente e de cursos de reciclagem que permitam a correcta utilização das tecnologias, com salvaguarda dos postos de trabalho;
- **10.** Afirmar e levar à prática a sua solidariedade com os jornalistas e os povos que, em diferentes partes do mundo, sofrem perseguições e lutam pela liberdade;
- **11.** Defender uma Nova Ordem Internacional de Informação que supere os desequilíbrios existentes nos fluxos da matéria informativa;
- **12.** Fomentar as relações internacionais, com particular destaque para os países de língua oficial portuguesa e a cooperação no campo profissional;
- **13.** assumir o compromisso da prática responsável e permanente de um jornalismo digno;
- **14.** recomendar ao Sindicato dos Jornalistas, a quem se deve esta iniciativa, a promoção de Congressos bienais dos jornalistas portugueses.

Lisboa, Fundação Calouste Gulbenkian, 22 de Janeiro de 1983



Conclusões

As conclusões deste I Congresso dos Jornalistas Portugueses são a síntese consensual possível dos debates nas diversas secções.

ais do que uma aprofundada e exaustiva análise dos problemas que afectam a vida dos jornalistas portugueses, elas constituem um testemunho significativo das múltiplas questões suscitadas em 23 sessões de trabalho, intensamente participadas ao longo de dois dias.

Elas espelham, ainda, o princípio de uma reflexão alargada a toda a classe e a que só agora se pôde dar início.

Não é o nosso grande caderno reivindicativo, mas contém muitos dos objectivos por que temos lutado e linhas de força para novas. formas de intervenção.

Porém, acima de tudo, constituem a prova de que os jornalistas portugueses souberam encontrar um espaço de diálogo entre si, um terreno sólido que podem pisar confiantes, na caminhada por uma profissão mais digna, mais respeitada, mais útil para o povo que servem.

QUESTÕES GERAIS SOBRE DIREITO À INFORMAÇÃO E LIBERDADE DE INFORMAR

O I Congresso dos Jornalistas Portugueses:

- considera a independência como atributo essencial do jornalista no cumprimento do seu dever de informar e indispensável ao direito de todos serem informados;
- propõe aos jornalistas um cuidado especial na utilização da palavra, distinguindo-a enquanto instrumento da informação ou arma da propaganda;
- rejeita todo o tipo de sensacionalismo, condenando o tratamento da informação como mero produto de comércio, opção que nunca é politicamente ingénua;
- recomenda com veemência o prosseguimento do debate sobre a Nova Ordem Internacional da Informação e sobre a dependência informativa em que Portugal ainda se encontra:
- preconiza que o jornalista, veículo da defesa dos valores da Paz e da Vida, deve esclarecer a opinião pública sobre os conceitos universais contra a guerra já aceites na letra de acordos internacionais; recomenda também a necessidade da criação de meios alternativos ao controlo da informação internacional por poderosas agências estrangeiras; nesse sentido, considera imprescindível o alargamento da rede de correspondentes portugueses no exterior, bem como a especialização de jornalistas portugueses em domínios específicos das relações internacionais;
 - -- sublinha que devem continuar a ser desenvolvidos

esforços para concretizar o encontro de jornalistas dos países de língua oficial portuguesa;

- defende o acesso da população à informação, sendo necessário apoiar o crescimento quantitativo da informação, nomeadamente através da participação dos jornalistas, nessa qualidade, na gestão estratégica das empresas de informação, em particular no sector público.

EXERCÍCIO DO JORNALISMO EM PORTUGAL

O I Congresso dos Jornalistas Portugueses:



- alerta para a dupla necessidade de aperfeiçoar e cumprir com rigor o Código Deontológico bem como de desencadear acções para conferir força legal a este instrumento de conduta;
- verifica que a conquista da liberdade de imprensa, em 25 de Abril de 1974, fez aumentar o número de jornalistas e também as motivações desta opção profissional, mas a crise do sector tem gerado distorções e instabilidade de emprego;
- exige o cumprimento da lei no acesso às fontes de informação e defende a melhoria do respectivo enquadramento legal;
- -- salienta que é no sector público da comunicação social que está localizado o maior espaço de liberdade da informação portuguesa, sendo porém necessário criar mecanismos que impeçam a instrumentalização governamental das empresas públicas;
 - entende dever reforçar-se o carácter vinculativo dos

pareceres dos Conselhos de Redação sobre directores e chefias em todos os meios de comunicação social;

- conclui que a tentativa de extinção da Anop foi um acto arbitrário do governo com motivações político-partidárias, e outras localizadas em circuitos informativos internacionais cujo boicote aos países africanos de língua oficial portuguesa estava a ser contrariado pela Agência;
- regozija-se pelo facto de a solidariedade nacional e internacional ter contribuído decisivamente para a derrota da tentativa de extinção da Anop;
- chama a atenção para as redobradas dificuldades com que deparam os jornalistas afastados dos grandes centros urbanos, por força das tentativas de controlo directo das autoridades locais e pela carência de meios ao seu dlspôr:
- reclama a eliminação das concepções que têm originado a nomeação e destacamento de chefias e directores oriundos dos grandes centros, com a consequente secun-

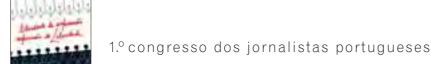
darização dos jornalistas locais;

- congratula-se com o progressivo crescimento do ingresso de mulheres na classe às quais deve ser reconhecida igualdade de oportunidades de acesso aos cargos de direcção e chefia;
- recomenda que se promova o debate sobre a problemática da mulher jornalista e da utilização da imagem da mulher na informação como factor de sensacionalismo;
- considera que a classe não pode continuar a aceitar no seu seio aqueles que emprestam a sua pena, a sua voz e até a sua imagem à publicidade de produtos ou empresas.

QUESTÕES SÓCIO-PROFISSINAIS

- O I Congresso dos Jornalistas Portugueses:
- adverte a classe para a necessidade de melhorar a qualidade da informação produzida em Portugal; para tanto, é imperativo elevar o nível cultural e de remuneração dos jornalistas, respeitar os princípios deontológicos e as regras profissionais, bem como recusar, com firmeza, a interferência dos poderes político e económico que pretendem e





tantas vezes o conseguem - transformar a informação em simples caixa de ressonância de objectivos propagandísticos;

- recomenda que não se permita que a mediocridade encontre refúgio no actual sistema de carreiras e na atribuição de carteiras profissionais; impõe-se pois uma reflexão dos jornalistas sobre o papel presente e futuro dos Conselhos de Redacção, designadamente em todas as formas de acesso à profissão;
- considera ser a altura de dar por finda a fase da tarimba como meio de formação profissional: o avanço tecnológico, a complexidade das fontes de informação e a necessidade da compreensão da realidade social reclamam uma preparação base, teórica e prática, em escolas que, podendo não ser obrigatoriamente universitárias, aproximem os alunos e os jornalistas profissionais;
- sublinha ser indispensável a criação de estruturas tecnicamente apetrechadas para a imprensa, rádio e televisão, que forneçam a formação permanente e a reciclagem fundamentais na dignificação da classe;
- apoia a especialização profissional como forma de melhorar a qualidade da informação;
- afirma a necessidade de combater o recurso sistemático das empresas a colaboradores, factor restritivo do acesso de candidatos à profissão e de jornalistas profissionais a postos de trabalho;
- sugere a luta no sentido de que as empresas se obriguem a admitir anualmente um determinado número de diplomados em comunicação social ou jornalismo, cujo trabalho será apreciado pelos Conselhos de Redacção;
- apela para que se abram mais amplamente as portas de próximos congressos de jornalistas a estudantes e professores desta matéria;
- reafirma a disposição da classe de combater firmemente os contratos a prazo e outras formas mais ou menos camufladas de exploração de jornalistas, nomeadamente as que exigem a prestação de serviços incompatíveis com as funções profissionais legalmente definidas;
- considera que, no domínio da cooperação com os países de língua oficial portuguesa, a formação profissional dos quadros tem de deixar de ser um mito: as declarações de boa vontade multiplicam-se, mas o suporte financeiro não as acompanha, tornando-se importante diversificar as formas de entreajuda não apenas no plano governamental como a nível sindical;
- aponta para a urgência de uma batalha contra a situação altamente degradada das condições de segurança social dos jornalistas portugueses, quer relativamente a outros países, quer mesmo em comparação com outras profissões no quadro da nossa sociedade.

FORMAS ESPECÍFICAS DE JORNALISMO

- O I Congresso dos Jornalistas Portugueses:
- defende que há que mudar radicalmente o teor e o estilo da informação na rádio;

- salienta que é igualmente urgente acabar, na informação televisiva e radiofónico, com situações anómalas e ilegítimas como a censura por acção ou omissão, a ausência de pluralismo, as limitações à intervenção colectiva dos jornalistas, actos administrativos que ferem um desejável clima de unidade profissional em meios de comunicação tão poderosos como a RTP e a RDP;
- considera ser preciso dar voz, imagem e espaço, à informação regional: a rádio, a televisão e os jornais de grande circulação não podem limitar-se ao triângulo S. Bento/Belém/Gomes Teixeira e à realidade lisboeta;
- denuncia a marginalização da informação regional, sem esquecer a que se destina aos emigrantes, confinada a escassas rubricas especiais na rádio e na televisão;
- apoia a realização de um encontro nacional da imprensa regional, apontando a Vila do Fundão como local possível;
- reconhece o mérito da informação regional que reflecte os problemas locais e sublinha a necessidade da ooncretlzacão dos apoios, tantas vezes prometidos e tão raramente cumpridos;
- sustenta que deve aumentar-se o espaço de informação para a cultura e que os jornalistas especializados neste domínio se mobilizem para a realização de um encontro nacional:
- sublinha a importância do fenómeno desportivo como fenómeno cultural, pelo que a expansão do jornalismo desportivo deverá ser acompanhada pelo aumento do espaço de informação cultural, de uma forma regular e eficaz:
- salienta a importância dos centros de documentação nos órgãos de informação e o carácter jornarlístico do trabalho que ali se desenvolve;
- propõe a criação de um grupo de trabalho que integre representantes do Sindicato e dos desenhadores de imprensa (caricaturistas) no sentido de se obter o explícito reconhecimento legal destes profissionais como jornalistas e o seu enquadramento na classe;
- realça a necessidade da criação do cargo e do estatuto de editor fotográfico, ao mesmo nível dos quadros de chefia de Redacção dos jornais, como primeiro e fundamental passo para o reconhecimento efectivo da qualidade de jornalistas aos repórteres fotográficos;
- verifica o interesse em aprofundar o debate sobre o enquadramento da imprensa sindical e da imprensa partidária;
- discutiu ainda o trabalho profissional em gabinetes de imprensa e nos jornais de empresa, concluindo ser necessário voltar a reflectir sobre questões de natureza deontológica e sindical, entre outras, que tais actividades suscitam.

Lisboa, Fundação Calouste Gulbenkian, 22 de Janeiro de 1983.



Comissão Organizadora

Abílio Abrantes Acácio Barradas Adelino Gomes Afonso Barata Camões Alberto Peixoto Alda Mafra Álvaro Martins Lopes António Almeida Henriques António Borga António Jorge Branco António Lage António Macedo António Mega Ferreira António Mesquita Artur Miranda Baptista-Bastos Beça Múrias Benjamin Formigo Carlos Albino Carlos Arsénlo Carlos Gil Carlos Gomes Carlos Madeira Carlos Pinhão

Carlos Pinto Coelho

Cesário Borga Daniel Reis Daniel Ricardo Diana Andringa Dulce Varela **Edite Esteves** Edite Soeiro Emídio Rangel Eugénio Alves Fátima Torres Feliciana Ferreira Fernanda Mestrinho Fernando Cascais Fernando Correia Fernando Cruz dos Santos Fernando Dacosta Fialho de Oliveira Figueiredo Filipe Guiomar Belo Marques Helena Neves Jaime Antunes João Corregedor João Ribeiro Ioão Rosa

Carlos Veiga Pereira

Joaquim Vieira Jorge Castilho Jorge Massada Jorge Serrão José António Gonçalves José Castelo José Costa Carvalho José Cruz José Garibaldi José Goulão José Luís Fernandes José Pedro Castanheira José Queiroz José Saraiva Iúlio Pinto Licínio Martins Luís de Carvalho Manuel António Pina **Manuel Tayares** Maria Antónia Palla Maria João Duarte Mário Bettencourt Resendes Mário Cardoso Mário Zambujal

Joaquim Furtado

Matilde Ramalho Meira da Cunha Natal Vaz Nuno Gonçalves Faria Nuno Sepúlveda Oscar Mascarenhas Osvaldo Cabral Paulo Ramalheira Pedro Alvim Pedro Cid Pedro Oliveira Ribeiro Cardoso Roby Amorim Rocha Vieira Rogério Gomes Rui Cardoso Rui Osório Rui Pedro Teresa Moutinho Teresa de Sousa Tolentino Nóbrega Vítor Coutinho Vítor Santos







30 anos, já?! O tempo corre, sobretudo num ambiente – o jornalístico – que de tanto observar os outros costuma esquecer-se de olhar para si próprio. Foi por isso que iam já passados nove anos sobre a conquista da liberdade de expressão, em 1974, quando os jornalistas encontraram tempo para se sentarem em Congresso, em 1983.

Texto Fernando Cascais

ão só por isso, mas por muitas coisas mais, decorridos 30 anos sobre o primeiro, ainda só houve mais dois congressos – Novembro 1986 e Fevereiro 1998. O segundo aconteceu três anos depois do primeiro, o terceiro 12 anos depois do segundo; já passaram 15 anos sobre este e ainda não há marcação do quarto. (O seu lançamento tem estado sempre no programa das direcções do Sindicato dos Jornalistas, mas ainda não conseguiu passar de intenção.)

O congresso de Janeiro de 1983, promovido pelo Sindicato dos Jornalistas e que a Fundação Gulbenkian acolheu, tanto representou o culminar de uma época como a entrada noutra. Por um lado, terminavam oito anos de intensa, polémica e excitante aprendizagem de como escrever, gravar, fotografar, editar em liberdade. Os profissionais então em actividade não sabiam o que era informar sem lápis azul. E estes mesmos profissionais – alguns ainda no activo, outros leccionando em universidades – já têm hoje dificuldade em levar jovens jornalistas e candidatos à profissão nascidos em liberdade de expressão a imaginar o que eram a vida e o trabalho censurados.

O Congresso foi o culminar deste período, curto no tempo mas longo na vida, onde a informação política dominou, em que as opções ideológicas e políticas se confrontaram - também entre os jornalistas - e durante o qual a profissão se reencontrou com a liberdade. E cresceu em número, com a admissão de profissionais que a ditadura impedira de se assumirem como jornalistas (os da imprensa não diária, entre outros) e com os jovens atraídos pela *melhor profissão do mundo*, como lhe chamou





Gabriel Garcia Marquez.

Num auditório superlotado, a grande novidade eram as dezenas de jovens estudantes dos primeiros cursos universitários de comunicação social (que arrancaram em 1979 na Universidade Nova de Lisboa e um ano depois no Instituto Superior de Ciências Sociais e Políticas). Eles – cursos e estudantes – também eram um produto da liberdade conquistada.

O rico e diversificado conteúdo dos dias 19 a 22 de Janeiro de 1983 ficou impresso no livro do Congresso, um testemunho precioso para jornalistas, estudantes, historiadores, investigadores. O seu título é o (muito apropriado) lema do Congresso: "Liberdade de Expressão, Expressão da Liberdade".

Aqui se iniciou uma nova fase do jornalismo português. A dominante informação política ia cedendo a outros temas, o sector reconfigurava-se empresarialmente, a profissão adaptava o perfil a novos tempos e condições de trabalho.

Nas conclusões do Congresso – quatro páginas e meia de princípios, consignas e objectivos – novas questões, outras batalhas surgiam. Entre outras:

- a defesa da a independência como atributo essencial do jornalista no seu dever de informar e indispensável ao direito de todos a serem informados;
- a recomendação de cuidado especial no uso da palavra, distinguindo-a como instrumento de informação ou como arma de propaganda;
- a rejeição de todas as formas de sensacionalismo e do tratamento informativo como mero produto comercial.

Se reflectirmos, mesmo brevemente, no que se tem passado no domínio destes tópicos das "conclusões", sentimos a urgência de um novo Congresso. Uma paragem de três ou quatro dias para analisar as nossas próprias consciências profissionais e o ambiente que entretanto foi criado em torno do jornalismo e dos jornalistas.

Mas estará hoje esta classe profissional em condições de se lançar num congresso? A verdade é que conseguir realizá-lo seria desde logo uma primeira e grande vitória. As violentas ameaças à independência jornalística (resultantes sobretudo das presentes condições de trabalho), o poder quase avassalador das fontes institucionais e profissionalizadas (cercando os jornalistas com estratégias políticas e comerciais), o comércio em que se transformou grande parte da informação procurada e difundida nos media, da imprensa à televisão, e na internet (do *infotainment* à futilidade) são razões mais do que suficientes para um exame de consciência colectivo. Ora esta é a questão: o colectivo.

Os anos fizeram perder memória ao conjunto dos jornalistas. A progressiva juvenilização da classe profissional e o gradual afastamento dos "cabelos brancos" nas redacções, aliados à quase total desvalorização das convenções colectivas de trabalho, promoveram o individualismo e a fragmentação dos profissionais. Mais ainda entre os can-

didatos a profissionais, repetidores de estágios não-remunerados na esperança de um contrato em redacções cada vez mais reduzidas.

Os jornalistas perderam solidez como grupo profissional. Daí que um novo Congresso – mesmo se apenas o quarto em 30 anos – seria, mais do que um acontecimento, um sinal. Uma intenção de reconquistar a independência e a dignidade consideravelmente perdidas, um propó-



sito de pensamento colectivo e crítico que poderia tornar os jornalistas, de novo, em verdadeiros profissionais da informação.

O sinal seria tanto mais importante quanto ocorreria num ambiente informativo tendencial e aceleradamente amadorístico. Ou seja, sem rejeição da complementaridade de recursos humanos e tecnológicos hoje à disposição da informação em geral, uma reafirmação colectiva de defesa da liberdade, da independência e da ética informativa. Enfim, a alternativa possível ao mau comércio, à propaganda velada e à futilidade desmiolada que vão infestando os media.

No limite, como seria uma sociedade sem jornalismo profissional? Provavelmente será melhor não esperar para ver. Não vale isto um congresso de jornalistas, antes que outros o façam por eles?





1.º congresso ...

Um momento luminoso

O 1º Congresso dos Jornalistas Portugueses foi um acontecimento singular. Não só os quatro dias de reunião na Fundação Gulbenkian, mas o processo. Foram cerca de oito meses de trabalhos preparatórios, muita discussão, alguma controvérsia e umas tantas ações públicas em vários pontos do país. Meses em que um grupo de jornalistas corporizou um desejo bastante generalizado entre a classe (como então se dizia) e ousou erguer uma reunião socioprofissional como nunca existira.

Texto José Luiz Fernandes



oi um acontecimento singular pelo contexto político e social em que ocorreu, pela tensão dialética interna do campo jornalístico e pelo que representou como síntese da interação entre estas duas componentes.

O lema do congresso – Liberdade de Expressão, Expressão da Liberdade – permanece significativo desse contexto e da possibilidade de uma posição unitária dos jornalistas.

A época era de refluxo da maré de Abril. Após a governação do "socialismo na gaveta" e três breves governos de iniciativa eanista, a Aliança Democrática aproava o país à direita. O ano de 1982, o do lançamento e preparação do congresso, revelava-se o mais duro para a comunicação social e os jornalistas desde o 25 de Abril.

A informação do segundo canal da RTP era silenciada. A agência pública de notícias, a ANOP, colocada na mira do desmantelamento. O desrespeito pela legislação do setor era frequente, como a violação do direito de acesso às fontes de informação. Os conselhos de redação eram menosprezados, as condições de trabalho degradavam-se.



Essa ofensiva governamental e empresarial, amplamente documentada nas atas do congresso, abatia-se sobre um movimento interno do campo jornalístico que aspirava a uma nova prática profissional.

Uma prática que superasse as contradições experimentadas durante o PREC (Processo Revolucionário em Curso), harmonizando a autonomia jornalística com a responsabilidade social. Uma prática que se constituísse como um caminho comum, possível de trilhar pelos jornalistas portugueses na pluralidade dos seus valores, das suas opções, das suas mundividências. Mais do que uma demanda ideológica era uma procura pela praxis. Com idealizações e equívocos, como seria inevitável. Mas com uma grande ambição de futuro, ou não fosse a nova ordem internacional da informação uma das bandeiras da época.

Erguido em tão peculiares circunstâncias, quais os frutos de tão singular acontecimento?

No imediato, foi uma afirmação de identidade socioprofissional. Insuficiente, contudo, para garantir um caminho de unidade entre os jornalistas, como as eleições sindicais seguintes demonstrariam. A médio e longo prazo, o saldo revelou-se identicamente escasso. O essencial das soluções apontadas para os problemas do setor e da profissão continuou ignorado pelos poderes político e económico, que prosseguiram com os seus objetivos neoliberais. Os jornalistas, eles mesmos, reuniram-se três anos depois (1986), em segundo congresso, a discutir a deontologia e as crescentes violações perpetradas. Depois só se reuniram em 1998, passados doze anos. Desde então, nunca mais.

Trinta anos depois, o que resta então? Possivelmente já só memória.

Memória histórica, pois uma coisa não tem dúvida: quem quiser compreender o jornalismo português da segunda metade do século XX e o que lhe sobreveio no atual milénio não pode ignorar o livro do congresso de 1983. Este é o contributo que a história reterá.

Também ainda memória sentimental e pessoal dos que ergueram o congresso. Uma construção que foi partilha, camaradagem, paixão pelo jornalismo. E aprendizagem da democracia. Intimamente, olho para o passado e vejome num momento luminoso envolto nas suas próprias sombras.



José Carlos de Vasconcelos sobre a crise na imprensa: «Os bons jornais e as boas revistas vão sobreviver»

Com quase seis décadas passadas nas redacções, José Carlos de Vasconcelos ainda recorda com emoção a experiência do semanário *O Jornal* e acredita que, apesar da crise, a união dos jornalistas pode dar forma a projectos novos, que repensem a imprensa, invistam na reportagem e nas boas histórias humanas e, sobretudo, dêem asas à criatividade e à rebeldia, sem as quais o jornalismo envelhece.

Texto Helena de Sousa Freitas Fotos Luís Humberto Teixeira

Jornalismo & Jornalistas – O seu percurso na imprensa nacional deu-se com a entrada no *Diário de Lisboa*, em 1966. Numa altura em que se ingressava no jornalismo quase exclusivamente por meio de conhecimentos, conseguiu o lugar fruto da sua proactividade. À luz da sua experiência, como vê o actual ingresso na profissão?

José Carlos de Vasconcelos – Comecei na imprensa regional da Póvoa de Varzim, aí pelos meus 14 anos, e, com 17, 18, dirigi os primeiros suplementos literários, também em jornais da região. Mais tarde, já em Coimbra, estive como chefe de redacção na revista de cultura *Vértice* e na *Via Latina*, órgão da Associação Académica.

Para o *Diário de Lisboa*, entrei a 1 de Abril de 1966. Na Póvoa, tinha naufragado uma traineira chamada "Padre Cruz", causando a morte a vários pescadores, e eu, que não sendo da Póvoa sempre me senti muito ligado a ela, ao mar e à dura realidade dos marítimos, resolvi fazer três ou quatro reportagens sobre o tema e enviá-las para o *Diário de Lisboa*, que, para meu espanto, as publicou. Na sequência disso, o director-adjunto do jornal, Mário Neves, que era quem, na prática, o dirigia, escreveu-me para Coimbra, onde eu estava a estudar Direito, dizendo que queria falar comigo, e convidou-me para a redacção. Era o que eu queria ouvir! (risos) Aceitei logo, pondo como única condição que me deixasse concluir o curso antes de vir para Lisboa.

Actualmente, o ingresso na profissão é totalmente diferente, a começar pelo facto de haver cursos de Jornalismo. Eu sempre defendi a sua existência, mas não é um curso que faz um jornalista e, pelos critérios actuais, grandes nomes do passado nunca teriam exercido o ofício.

Pensando num caso mais ou menos recente, recordome da experiência com a *Visão*. Começámos por abrir uma espécie de concurso, em que solicitávamos currículos, tendo recebido uns 700, 800, dos quais seleccionámos cerca de 120. Em seguida, pedimos a cada candidato um pequeno texto, tendo sido escolhidos 40. Passámos, então, à fase das entrevistas, na sequência das quais os 20 ou 30 candidatos apurados fizeram um pequeno curso dado por nós, jornalistas mais velhos, e por um grande repórter e escritor brasileiro, já então com muita experiência: o Zuenir Ventura. No final do curso, escolhemos aquela dúzia de pessoas que entrou para a revista.

Quanto à entrada por cunhas ou amizades, que outrora era praticamente a regra, julgo já ser muito rara, pois a admissão, hoje, é muito mais criteriosa, até por a oferta de recém-licenciados, e mesmo de jornalistas, ser maior do que a procura. É claro que, se uma pessoa conhecer alguém com influência num determinado órgão, pode conseguir um estágio, mas ficar lá a trabalhar... Até porque, neste momento, no jornalismo, ninguém entra, só sai!



JJ – Porque pôs como condição concluir primeiro o curso de Direito? Porque a advocacia podia ser uma alternativa em caso de desemprego no jornalismo? Ou por ter a convicção de que perceber de leis era uma mais-valia em tempos da Censura?

JCV – Considerei que concluir essa formação era uma grande vantagem pois, em tempo de Censura, dava-me maior liberdade e independência. Aliás, quando, no final dos anos 70, deixei o jornalismo durante um tempo, porque a Censura cortava tanto que entendi não existirem condições para continuar no ofício, valeu-me o facto de poder exercer outra profissão, por sinal bastante mais bem remunerada do que o jornalismo. (risos)

A formação também me foi muito útil no jornalismo, pois permitiu-me contribuir para que as questões do Direito passassem a ser tratadas de uma forma mais competente na imprensa. Uma das coisas que fiz para o *Diário de Lisboa* foi a cobertura da revisão do Código Civil, que foi muito importante e no âmbito da qual escrevi uns 40 textos para os quais o curso foi fundamental.

Além disso, pude ser advogado de diversos camaradas, em casos de acusação de abuso de liberdade de imprensa e outros. E fui árbitro do Sindicato dos Jornalistas no último Contrato Colectivo de Trabalho do tempo da ditadura, que foi um caso único, pois conseguiu-se um aumento salarial de 100%, que entraria em vigor já depois do 25 de Abril.

Mas a minha opção pelo Direito também estava relacionada com uma certa visão romântica – que mantenho – do jornalismo como uma forma de lutar pela verdade, pelos direitos das pessoas, pela liberdade, contra a tirania, etc. Digamos que, para mim, o jornalismo e a advocacia são duas faces da mesma moeda, ou seja, do mesmo objectivo, da mesma luta.

JJ – O que recorda dos primeiros dias na redacção do *Diário de Lisboa*? Quais os primeiros trabalhos? Que temas lhe foram agendados?

JCV – Bem, 24 horas após ter entrado no jornal estava a rever a prosa de uma pessoa que podia ser meu avô, o que era até um pouco constrangedor, e ia fazendo de tudo. Mas recordo-me sobretudo da primeira sugestão do director-adjunto, para que preparasse um conjunto de trabalhos a partir do mote "Como Viveremos no Ano 2000". E eu assim fiz. Escrevi duas dezenas de reportagens que, mais tarde, o Lyon de Castro até quis publicar na sua editora, a Europa-América.

JJ – Mas nunca chegaram a sair em livro, pois não? Porquê? JCV – Não, eu tive o bom senso de não aceitar a proposta. Aliás, nunca coloquei em livro nada do que publiquei na imprensa. Em relação a algumas coisas, estou arrependido; outras talvez ainda possam ser tratadas com vista a essa segunda vida.

A única excepção foi o livro *Conversas com José Saramago*, um conjunto de seis entrevistas que saiu há poucos meses com a *Visão*, o *JL* e o *Expresso*. Mas aí também havia uma

razão: partes das entrevistas não tinham saído na imprensa, eram inéditas.

VOZES NOVAS QUE A CENSURA ABAFOU

JJ - Voltando aos anos 60, como descreveria a mudança então ocorrida nos jornais por iniciativa da sua geração?

JCV – Enquanto antes não havia sequer uma habilitação mínima para se ser jornalista, com essa geração a profissão passou a ser exercida – de forma bastante mais generalizada – por pessoas com outra formação, com outra preparação. Isso foi muito evidente no *Diário de Lisboa*, mas também no *Diário Popular* e noutros jornais.

Passou a haver uma ideia mais moderna da actividade profissional, desvalorizando-se uma certa literatice e, paralelamente, destacando-se os valores informativos. Querer fazer literatura no jornalismo geralmente resulta em péssimo jornalismo, mas, antes da nossa geração, muitos dos que eram considerados grandes jornalistas escreviam de uma forma bastante "aliteratada".

A mudança foi possível mediante a valorização sistemática da reportagem e uma forte aposta na crónica, tendo sido criadas várias rubricas dedicadas a este segundo género. Algumas seriam mesmo incluídas no livro *O Homem na Cidade*, que representa a valorização, e sublinha a autonomia, do género crónica no jornalismo português.

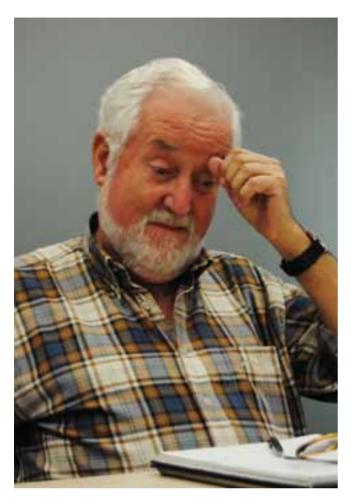
Também a notícia – que é central no jornalismo – ganhou outro estatuto, nomeadamente com a introdução de um jornalismo interpretativo. Tornou-se impossível haver, como antes, jornalistas que não sabiam escrever uma notícia. Ao ler a imprensa da época, talvez não se fique muito com a noção destas mudanças, mas isso deve-se ao regime de Censura que então vigorava. Aquando das célebres inundações de 25 de Novembro de 1967 na Grande Lisboa, em que morreram centenas de pessoas, o que nós, no *Diário de Lisboa*, fizemos foi muito mais do que aquilo que saiu no jornal.

JJ – Foi guardando essas provas da Censura? Elas ajudariam o jovem jornalista de hoje a conhecer essa dura realidade...

JCV – Eu, que era cortadíssimo, às vezes só por causa do nome, guardei apenas uma pequena parte. Algumas das que tenho são de uma série de trabalhos sobre a juventude que comecei a fazer com o Fernando Assis Pacheco. Fizemos duas ou três que vieram brutalmente cortadas da Censura, pelo que desistimos.

JJ – Era, já então, apologista de um jornalismo de cunho social e com boas histórias humanas. Parece-lhe que ainda é praticável?

JCV – Não só é praticável como tem de ser praticado, pois pode e deve ser um sustentáculo da própria imprensa. É, além do mais, um tipo de trabalho que se presta muito a ser explorado através de parcerias, como a da SIC/Visão, em que, partindo de um mesmo caso, temos abordagens diferentes em função das características distintas do suporte escrito e do audiovisual. Ou seja, o suporte em



"Se uma pessoa conhecer alguém com influência num determinado órgão, pode conseguir um estágio, mas ficar lá a trabalhar... Até porque, neste momento, no jornalismo, ninguém entra, só sai!"

"Para mim, o jornalismo e a advocacia são duas faces da mesma moeda, ou seja, do mesmo objectivo, da mesma luta"

"É possível fazer grandes reportagens ao pé de casa, com as pessoas e as suas histórias, e isso não fica caro" que se conta a história contribui para que ela tenha uma vida própria. E, em lugar de se criar uma antinomia entre meios de comunicação, tenta-se que cada órgão valorize o outro, chame a atenção para o outro.

MAIS CULTURA, MENOS FUTEBOL

JJ – Sendo director do *JL – Jornal de Letras, Artes e Ideias*, qual a sua avaliação do acompanhamento que os órgãos generalistas fazem da cultura em Portugal?

JCV – Não se pode falar dos generalistas de forma generalista, pois são muito diferentes. Alguns fazem uma boa cobertura, como o *Público*, ao passo que o *Jornal de Notícias* cada vez acompanha menos a cultura e o *Correio da Manhã* não acompanha de todo.

Mas mais grave parece-me a atitude do serviço público de televisão e de rádio. Na RTP, ainda temos o programa Câmara Clara, que é bom, e um ou outro espaço, mas isso fica muito aquém da informação desportiva exaustiva e constante que se torna completamente excessiva. Aliás, na rádio, em dias de jogo, o futebol chega a tomar o espaço dos noticiários, que é um espaço sagrado. E, enquanto isso, de informação cultural, nada. O que é lamentável porque a cultura, além de dever ser incluída nos noticiários, a par dos demais tipos de informação, justifica programas específicos, que cativem o público para a arte, para os livros...

Mas quando temos uma RTP Internacional que, podendo ser um importantíssimo instrumento de difusão e defesa da cultura, da educação e de língua portuguesas, continua a ser feita para um modelo de emigrante que já não existe, o que podemos esperar do serviço público? Ao longo dos anos, falei sobre a RTP Internacional com políticos dos mais diversos cargos, de Primeiro-Ministro a Presidente da República, e foi-me dada razão, mas nada mudou.

JJ – Essa ausência de cobertura das actividades culturais, sente-a também enquanto escritor?

JCV – Sim, embora eu perceba que, se publicar um livro e os jornalistas não disserem nada, estão no seu direito. No JL, noto muito que os escritores, os artistas, quando fazem algo, estão à espera que toda a gente esteja de olho atento, o que às vezes é uma expectativa exagerada.

No entanto, na comunicação social assiste-se cada vez mais a um fenómeno que, na minha opinião, se reveste de alguma gravidade: a presença repetitiva de determinadas figuras, mesmo que não tenham nada a dizer. É uma característica das revistas do social que contagiou os outros meios.

Para se ter uma ideia do ponto a que isto chega, já me aconteceu sugerir "Vamos fazer um trabalho sobre esta pessoa, que é muito interessante" e ouvir como resposta "Mas porquê, se ninguém sabe quem é?". Ora, essa devia ser mais uma razão para se falar da pessoa, que assim era apresentada ao público. Então, dar a novidade não é uma das funções do jornalismo? Para quê continuar a falar de



pessoas que já toda a gente conhece e cujas intervenções nada trazem de novo?

Isto é observável em várias áreas, do desporto à política, dificultando a renovação das vozes, das ideias, das opiniões. E mostra que, na comunicação social, há uma grande falta de criatividade, de rebeldia, de inquietude... Compreendo que isso esteja relacionado com receio do desemprego, mas há que resistir. Ou então o jornalismo fica velho, muito velho. E velho por inércia da gente nova. JJ – A reportagem, um dos seus géneros favoritos, é talvez a que mais vive ou beneficia dessa criatividade e ousadia. Continua a haver tempo e lugar para ela na imprensa?

JCV – É já um lugar-comum dizer que a reportagem é o género mais nobre e completo do jornalismo, mas a verdade é que uma grande reportagem – e digo grande no sentido de boa – combina em si a parte informativa, aquela que ajuda as pessoas a compreender o *como* e o *porquê* das coisas, e essa componente mais da ordem da forma que é o *saber como contar* as coisas. Está, por isso, muito perto de ser um género literário específico, para não dizer que é mesmo um género literário específico... Porque uma bela reportagem é, de facto, uma peça literária.

Evidentemente, neste momento, o género reportagem na comunicação social portuguesa está em risco por razões económicas, embora eu discorde, e sempre discordei, de que só se façam reportagens em casos de guerra e quando é preciso enviar o jornalista para longe. É possível fazer grandes reportagens ao pé de casa, com as pessoas e as suas histórias, e isso não fica caro. Como se diz, "o universal está no meu quintal", o que é preciso é saber escavar.

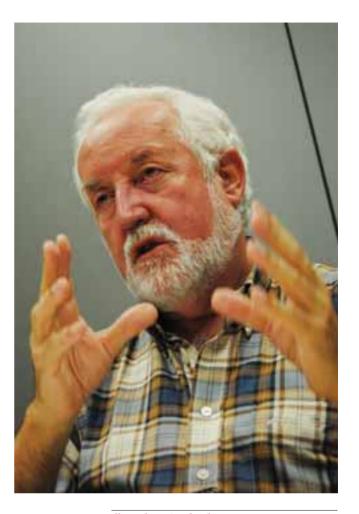
A CRISE QUE TOCA A (QUASE) TODOS

JJ – Tendo estado, como há pouco recordava, envolvido na luta por um aumento salarial que se revelaria "histórico", qual a sua opinião sobre os actuais sinais de precariedade do ofício, dos cortes nos ordenados aos despedimentos colectivos?

JCV – É claro que é péssimo, lamentável, condenável... e podia encontrar muitos outros adjectivos que correspondem ao que penso, mas também é um facto que, se há empresas em que isso é feito com ligeireza e sem qualquer fundamento, há outras que procedem assim muito constrangidas, porque a crise não lhes deixa alternativa e estão a tentar, desse modo, evitar consequências ainda piores.

JJ – Este cenário de crise poderia amenizar-se se os jornalistas se organizassem em cooperativas, como nos tempos d' O Jornal?

JCV – A partir dos anos 90, manter um órgão de comunicação social tornou-se uma tarefa muito mais exigente do que até aí e, agora, com esta crise no jornalismo em geral e na imprensa em particular, nomeadamente a nível da publicidade, parece-me que será difícil ver nascer algo nos moldes d' *O Jornal*. Quando *O Jornal* arrancou, o contributo dos jornalistas que compunham o grupo inicial foi trabalhar os primeiros três meses sem receber um tostão



"Pode ainda haver espaço, no mercado dos media, para uma publicação especializada. E se ela for iniciativa e propriedade dos próprios jornalistas, tanto melhor"

"O problema das pressões nem é tanto com a classe política mas com o poder económico, que é, na verdade, o dono disto"

"O poder deve certificar-se de que temos uma comunicação social livre e independente"

[enquanto o grupo editorial Casa Viva assumia a primeira sede e as máquinas de escrever].

Chegámos a ter o projecto de fazer dois jornais: um diário de qualidade, que se chamaria *O Mundo*, resultado de uma parceria com o francês *Le Monde*, e um jornal popular. Mas essa ideia necessitava de dinheiro, e só o conseguiríamos recorrendo a um empréstimo bancário. Como cada um teria de ser avalista a título pessoal, era um grande risco, pelo que não avançámos. Mas tenho muita pena que *O Jornal* não tenha sobrevivido, algo para que eu talvez tenha contribuído, pois afastei-me durante um período, para me concentrar na actividade política.

Todavia, ainda não perdi o sonho de voltar a um projecto desses. Não para competir com o que existe, mas para fazer algo de diferente.

Tal como acontece com a edição de livros – em que, não obstante os grandes grupos, temos pequenas editoras, de nicho – pode ainda haver espaço, no mercado dos media, para uma publicação especializada. E se ela for iniciativa e propriedade dos próprios jornalistas, tanto melhor.

JJ – Por comparação com a rádio, a Internet e a televisão, os jornais continuam a ser os meios de comunicação mais lentos. Serão por isso os primeiros a candidatar-se à extinção? JCV – A imprensa está na linha da frente porque é a que existe em maior número e porque tem um custo de produção bastante elevado por comparação com a Internet, o meio que supostamente mais a ameaça, mas a verdade é que os sites dos jornais só podem ter custos directos reduzidos porque se alimentam do investimento – em meios humanos e técnicos – feito para as edições em papel.

Nesta questão dos órgãos digitais, foi-se atrás da última moda, sem se reflectir sobre o assunto. Eu nunca percebi como era possível fazer jornais na Internet com 30 profissionais e disponibilizar gratuitamente a informação. Era evidente que isso ia lesar o suporte impresso. Porque se uma pessoa tem, de borla, acesso à versão integral de um jornal, mais tarde ou mais cedo deixa de o comprar nas bancas. Agora tenta-se voltar atrás, pôr as pessoas a pagar pelo acesso a determinados conteúdos, mas o mal está feito e é muito difícil emendar a mão.

Eu sou a favor dos novos meios, mas não acredito que eles excluam a imprensa. Podem obrigá-la a repensar-se, a ter outra postura, mas os meios são complementares e – apesar de certos sinais muito preocupantes, caso do fim da edição impressa de uma grande revista como a *Newsweek* – quero crer que os bons jornais e as boas revistas vão, de um modo geral, sobreviver.

JJ – E a imprensa regional, como descreve a actual face àquela que conheceu por dentro quando se iniciou no jornalismo? Dado o contexto, como vê o seu futuro?

JCV – Actualmente, há imprensa regional com muito mais qualidade do que a que havia quando comecei no jornalismo. Isso sem dúvida.

Podemos estar em crise neste momento, mas que houve um 25 de Abril nota-se bem em qualquer terra e, fruto do tempo e do desenvolvimento económico e social do país, aquilo que eram umas "folhas de couve" são hoje jornais muito interessantes. Estou-me a lembrar de alguns que podem mesmo ser considerados casos de sucesso, como o *Jornal de Leiria* ou *O Mirante*, do Ribatejo, que tira 30.000 exemplares, faz três ou quatro edições e tem mais publicidade do que o *Diário de Notícias*.

Agora, é um facto que, com o fim do porte pago e a crise generalizada, ela tem sofrido uma razia superior à da imprensa nacional: os títulos regionais fecham portas em quantidades industriais.

Eu tive a experiência com o jornal centenário *O Comércio da Póvoa de Varzim*, ao qual estava muito ligado afectivamente. Eu e três ou quatro amigos, nomeadamente uns netos do fundador, avançámos com alguns milhares de euros para tentar tirá-lo de apuros, pois estava em risco de acabar. Conseguimos mantê-lo mais uns poucos anos, é certo, mas acabaria por encerrar em Dezembro de 2011, com 108 anos.

JORNALISMO E PODER - O FRÁGIL EQUILÍBRIO

JJ – Em sentido lato, já aflorámos aqui a sua actividade política. Considerando que foi deputado à Assembleia da República, pelo PRD, que opinião tem sobre a relação dos políticos com os jornalistas (proximidade, coação, etc.)?

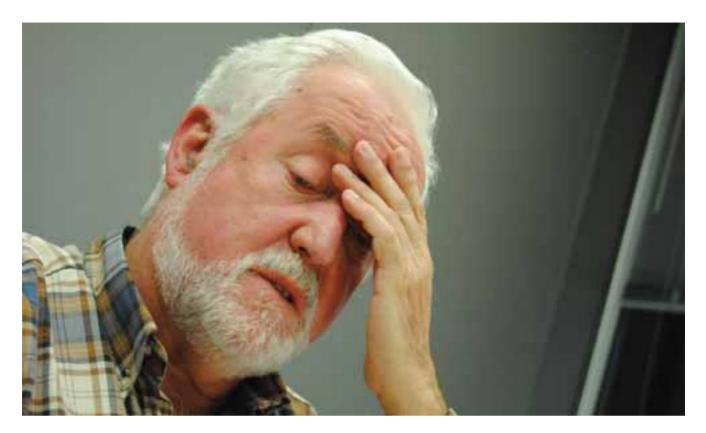
JCV – Foi por causa dessa intervenção que abandonei o cargo de director d' *O Jornal*. E, quando deixei de ser deputado, fiquei mais de um ano sem escrever sobre política. Agora, é quase o contrário: vemos muitas pessoas que se lançam na política começando por ser comentadores em órgãos de comunicação social.

Respondendo agora à pergunta. No que diz respeito à proximidade, é óbvio que não pode haver promiscuidade entre jornalistas e políticos, mas sempre haverá políticos que tentam manipular os jornalistas e jornalistas que se deixam instrumentalizar. No entanto, é claro que isso depende da qualidade do jornalista e até da qualidade humana da pessoa.

Imaginemos a situação de dois amigos de infância em que um se torna jornalista e outro envereda pela política. Obviamente, as opções profissionais não exigem o fim de um laço que era até anterior a elas. Todavia, se o jornalista tiver de noticiar algo sobre a acção política do seu amigo, ele tem de ser independente, neutro e objectivo, ou seja, a amizade não pode interferir.

No meu caso, ia a almoços com diversos políticos, ouvia o que eles tinham a dizer e, depois, fazia a minha triagem, de forma crítica. Já do director de um jornal célebre dizia-se que, pelo que ele escrevia, se sabia com quem tinha almoçado nessa semana. Ora, isto não pode acontecer. Mesmo mantendo as suas fontes, as suas ligações, como é legítimo, o jornalista não pode abdicar dos princípios éticos e deontológicos que o devem reger, não pode deixar-se influenciar.

Enquanto director d' O Jornal e comentador político na



RTP, fartei-me de criticar, por vezes de forma muito vigorosa, duas pessoas de quem era muito amigo: o Mota Pinto, meu assistente em Coimbra, e o Daniel Proença de Carvalho, meu colega de curso, sobre quem escrevi coisas violentíssimas quando ele foi ministro com a tutela da Comunicação Social e com quem continuo a dar-me bem a título pessoal.

Os jornalistas não têm de se queixar de pressões, têm de estar preparados para lidar com elas. Isto, evidentemente, se elas não assumirem contornos criminal ou eticamente reprováveis, como foi o caso da coação exercida pelo ministro dos Assuntos Parlamentares sobre a jornalista do Público [Maria José Oliveira]. Aliás, não acreditando eu que a jornalista tenha inventado toda aquela história, considero que a situação devia ter levado à demissão de Miguel Relvas.

Apesar deste episódio, creio que, hoje em dia, o problema das pressões nem é tanto com a classe política mas com o poder económico, que é, na verdade, o dono disto. Inclusivamente, o dono da política, que lhe está praticamente submetida.

JJ - E qual a sua opinião sobre as políticas para os media?

JCV – Em relação a essas políticas, há uma questão que vem de trás e que é muito importante. Refiro-me à legislação para a comunicação social, que teve um assinalável progresso com a passagem, pela pasta, do Alberto Arons de Carvalho, que já conhecia bem a área [tinha escrito para jornais e leccionado na Escola Superior de Meios de Comunicação Social] e sempre defendera a liberdade de imprensa.

Foi nessa altura que começou a ser desenhado um

modelo, o aconselhável, para o serviço público de rádio e de televisão, com os conselhos de opinião a terem peso na escolha dos responsáveis, como devia continuar a acontecer. Porque quando pertenci ao conselho de opinião da RTP, na altura em que lá esteve o Emídio Rangel, tínhamos direito de veto sobre a administração, mas isso servia para quê? O que o conselho de opinião devia ter era muito mais poderes sobre os conteúdos, sobre a programação, como fora pensado pelo Arons de Carvalho.

Nesta área, do audiovisual, a intervenção do poder político devia fazer-se sentir era para obrigar os canais a respeitar o que está estipulado na Lei da Televisão em termos de pluralismo, mas isso os políticos não fazem porque não lhes convém.

Mais recentemente, temos várias outras questões, como o caso da Lusa. Eu defendo que continue a existir uma agência noticiosa, mas acho que se devia pensar a sério numa agência de língua portuguesa que envolvesse Portugal, o Brasil, Angola, etc, e que aproveitasse algumas sinergias. Acredito que, assim, podia ter outra dimensão e ser mais competitiva. Agora, o ministro Miguel Relvas dizer que está a ser equacionada uma parceria com a agência EFE, isso não me parece fazer qualquer sentido.

JJ - Então, em síntese, qual o ideal de relação entre o poder e a comunicação social?

JCV – Na minha opinião, não é necessária uma grande intervenção do Estado; talvez até seja de evitá-la. O que o poder deve é certificar-se de que temos uma comunicação social livre e independente, podendo, para isso, criar políticas que, sem dar privilégios ao sector, garantam as condições de base para que aquelas condições se verifiquem. ■



Vasco Ribeiro à JJ «A assessoria de imprensa trabalha em cima das brechas do jornalismo»

A convivência entre jornalistas e assessores é uma inerência do espaço jornalístico actual, apesar de nem sempre ser pacífica. Uns e outros sentem-se em lados opostos da barricada. O assessor Vasco Ribeiro atesta essa mesma dualidade. Assume que gosta muito de bom jornalismo, o jornalismo que valida as informações, mas fica contente quando a fonte (que, nas suas palavras, é sempre "interesseira") ganha. Isso significa que o trabalho do assessor foi bem feito, considera. Defende que todos os cursos de jornalismo deveriam ensinar assessoria no primeiro ano, para que os futuros jornalistas cedo conhecessem os meandros da assessoria, para serem melhores profissionais.

Texto Maria José Brites Fotos Filipe Paiva

JJ – Um dos resultados da sua tese de mestrado, publicada em livro, apontava para que "mais de 60% das notícias resultam de uma acção de indução por parte de assessores de imprensa, relações públicas, consultores de comunicação, porta-vozes e outros peritos de spin doctoring". Os resultados surpreenderam-no, tendo em conta que anteriormente à investigação académica já havia um trabalho como assessor?

VR – Não, porque outros trabalhos anteriores de um conjunto de autores anglo-saxónicos que têm vindo a demonstrar a relação dos jornalistas com as fontes vinham a demonstrar o forte peso das fontes oficiais. Do ponto de vista das fontes profissionais de informação havia um ou outro estudo, designadamente espanhol, que também já demonstrava que o papel das relações públicas era muito grande na indução de temas.

JJ - Mas o contexto era outro, era português...

VR – Sim, um contexto diferente e sobre jornalismo político. O que eu achava é que não iam ser muito iguais. A determinada altura numa das hipóteses levantava a possibilidade de a *popular press* ter maiores resultados de

indução por parte dos assessores de imprensa do que os *quality press*. Mas não. Havia, ainda assim, uma ligeira qualidade por parte do *Público*, que se verificava nas fontes que eram ouvidas para a produção. A validação desses resultados era vista através de descritivos de como a notícia tinha sido desenvolvida, se seria através de uma conferência de imprensa, de comunicado de imprensa ou até de uma visita do Presidente da República. Isto poderia conduzir à existência de indução. O que se foi manifestando ao longo do tempo é que se acentuou a tendência para essa tendência ser ocultada. No início referiam-se à conferência de imprensa e ao comunicado, depois, nos últimos anos, já não era tão visível e aumentaram os não atribuídos. O próprio jornalismo foi camuflando a nossa participação.

JJ – O Diário de Notícias e o Público tiveram maior índice de "cobertura por iniciativa". Hoje os resultados seriam iguais, designadamente à luz das recentes alterações das estruturas redactoriais e económicas?

VR – Penso que a tendência é para diminuir a cobertura por iniciativa. A assessoria de imprensa trabalha em cima



das brechas do jornalismo. A pró-actividade da assessoria de imprensa assenta precisamente na falta de meios humanos. A concentração dos media tem vindo a diminuir a capacidade de iniciativa do jornalismo, algo também já descrito por um conjunto de autores. Por isso, há uma dependência das fontes profissionais de informação que cada vez mais foram evoluindo na sua forma de actuação. Isto, até na redacção e indução de temas, apurando as suas técnicas até com cruzamento de áreas como o marketing e mesmo na área do marketing emocional, transformando cada vez mais um conjunto de acontecimentos em produtos noticiáveis. Há uns anos, por exemplo, os comunicados eram muito mais adjectivados. Hoje em dia um jovem assessor de imprensa sabe que tem de escrever a notícia como um produto final e sabe que quanto mais produto final for, melhor é o seu sucesso. Chegamos ao ponto de tentar desenvolver suportes de promoção adaptados à linha editorial dos órgãos de comunicação social, até pensando no livro de estilo. Assim o produto torna-se mais eficaz. Se as redações não têm gente e têm pouco dinheiro, a tendência é que aproveitem cada vez mais este material, que é informativo, útil e gratuito. Nos Estados Unidos, 40% dos *press release* que chegam às redacções já são feitos em formato vídeo! Em Portugal começam a aparecer cada vez mais produtos finais em vídeo; a fotografia também, já há uns anos. Estas fotografias que acompanham os textos são tiradas por profissionais, pessoas com qualificação. A questão é que é um suporte de promoção e nunca de jornalismo!

JJ – Foi detectada uma relevância das fontes políticas, qual o significado desses resultados?

VR – Os jornais são um produto político, por muito que vários autores tentem demonstrar o contrário. Sempre foi assim no jornalismo. Não vale a pensa dizer que poderia ser diferente. A política, quer se queira quer não, é a base de uma sociedade democraticamente organizada. O jornal é um reflexo daquilo que é a sociedade e até na forma como é hierarquicamente organizado... o jornal tem de dar o espaço, a sua montra, e sendo a política a base de gestão de um país, o jornalismo assim o demonstra. As páginas dos jornais são fiéis àquilo que é uma sociedade hierarquicamente organizada.



JJ – Tendo em conta a indução na *popular press* e na *quality press*, os *popular press* não se interessam por política, daí se verificarem menores índices de indução?

VR – Mas é política na mesma. Não é política partidária, mas não é difícil entrar. É apenas necessário embrulharmos a informação de forma diferente. Um assessor de imprensa que quer chegar ao Correio da Manhã não o faz com a legislação, mas sim com casos particulares de como essa legislação afecta as pessoas. O que o assessor de imprensa faz é mais uma vez dar um exclusivo, uma primeira mão, mas embrulhado na linha do jornal, o caso pessoal, a situação económica, o crime. Enquanto o Público, ou um quality paper, se preocupa mais com as medidas dos partidos do que com a aplicação da própria lei. As notícias que o Correio da Manhã lança têm por detrás fontes, que muitas vezes não identificam, trabalham em deep background. Há sempre fontes por detrás da informação, são o sangue do jornalismo. No Correio da Manhã aparecem de forma camuflada.

JJ – Daí não estar tão incluído naqueles números da inducão...

VR – Os graus de confidencialidade no *Correio da Manhã* também eram mais elevados. É uma forma de camuflar o nosso trabalho. Há uma tendência dos jornalistas, nas últimas décadas, para camuflarem o nosso trabalho e da nossa parte também há uma atitude de

nos mantermos ocultos.

É mais

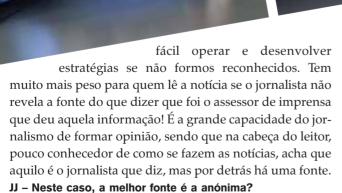
impor enfoques e construir a narrativa da própria notícia. Outra conclusão do estudo é que só em 1,3% de casos os assessores e os relações públicas eram citados.

JJ - É negativo citar o assessor....

VR – É, sem dúvida. A própria função do assessor de imprensa é mutante ao longo das décadas. Tendo um século de existência, desde Ivy Lee, o nome tem vindo a ser alterado. O termo relações públicas hoje está em desuso, as pessoas preferem consultor de comunicação. Há um desgaste muito grande da profissão ao longo dos anos. Há uns anos o propagandista era uma palavra positiva, mas a propaganda nazi deu-lhe uma dimensão tão negativa que hoje ninguém pensa em usá-la. Há uma tentativa da assessoria de imprensa de embrulhar a designação da sua actividade. Relações públicas, assessor de comunicação, hoje já se usa um termo que me arrepia, que é o jornalista institucional.

JJ – Isto tudo leva-nos à ideia das fontes sofisticadas de informação, identificadas na sua tese de mestrado. Hoje seria possível usar as mesmas técnicas de investigação para as identificar?

VR – Eventualmente teria mais dificuldade em identificar a nossa participação.
Talvez a forma



VR – É, a melhor fonte é a anónima. É aquela que consegue vencer os objectivos do jornalismo. Ou seja, no confronto sobre quem ganha, se a fonte, se o jornalismo, deveria ser o jornalismo, mas muitas das vezes o que acontece é que ganha a fonte. Muitas vezes a fonte impõe o *timing* da publicação da notícia, por vezes consegue

de análise fosse outra, cruzar o produto dos assessores de imprensa com o que é publicado e não com a técnica que usei de identificar a nossa ação nas notícias. O jornalismo tende a camuflar a nossa ação e erra naquilo que é o princípio base do jornalismo: a arte da validação da informação. Cada vez mais, o jornalismo não valida, pelo contrário, aproveita as informações institucionais, sem as confirmar. A arte da validação que sustenta o jornalismo tem vindo cada vez mais a desaparecer. Isto deve-se ao caracter imediato do jornalismo, à necessidade de colocar informação *online*, às outras pressões e relações de força dentro das redações, à gestão do jornal e das questões financeiras. Tudo isso condiciona o trabalho do jornalismo.

JJ - O trabalho dos assessores também é afectado pela crise?

VR – Acho que não. As indústrias das relações públicas tiveram sempre um grande volume em grandes períodos de grande crise, como na I Guerra e na II Guerra.

"A pró-actividade da assessoria de imprensa assenta precisamente na falta de meios humanos. A concentração dos media tem vindo a diminuir a capacidade de iniciativa do jornalismo"

"Chegamos ao ponto de tentar desenvolver suportes de promoção adaptados à linha editorial dos órgãos de comunicação social, até pensando no livro de estilo"

Cresceram do ponto de vista técnico e do ponto de vista da facturação. Hoje, eu não tenho dados, mas a presença destes profissionais é muito mais intensa do que há 10 ou 20 anos. Há uns anos só os poderes políticos é que tinham assessores de imprensa e técnicos especializados, hoje qualquer associação, ONG, ambientalistas, até associações académicas, já têm assessores a trabalhar. Desta forma, há maior concorrência entre este "lado negro da força", como muitos autores gostam de apelidar, a concorrência é maior e vai indicando os que melhor conseguem destacar os valores-notícia. Sem ter dados concretos, considero que as notícias induzidas são hoje mais numerosas.

JJ – A linha de investigação do seu doutoramento é a mesma do mestrado?

VR – Não, é um pouco diferente. O que me levou

a fazer a investigação foi precisamente a minha inquietação à

volta dos manuais de assessoria de imprensa e até a forma como eu leccionava. Ensinar a fazer conferências de imprensa... qual o sentido? Hoje sabemos que não há meios para ir para uma conferência de imprensa! Mesmo as grandes instituições raramente fazem conferências de imprensa. Mas então que técnicas é que eu uso na minha profissão? Fui embater no que é o conceito de spin doctor e as formas de indução de notícia através das técnicas de spin doctoring. Uma das minhas hipóteses era que hoje em dia as técnicas são diferentes de há 10 ou 20 anos, este spin doctoring que não vem nos manuais. Eu não queria fazer um capítulo de introdução histórica, mas acabei por fazer e depois percebi a sua importância. Se analisarmos relatos e artigos ou até apontamentos dos pais da assessoria de imprensa vemos que estas técnicas de spin doctoring já existem desde o início do século XX. O dar um exclusivo, o contar a história a conta-gotas, o condicionar o trabalho do jornalista através de várias formas, são modelos que sempre existiram. Pagam-me para minimizar os efeitos negativos ou ampliar os positivos! Vou validar uma informação que não quero validar? Não. Não atendo o telemóvel, mesmo que os manuais indiquem que o devo fazer! O que acho é que agora são muito mais usados os assessores do que eram. Existiam apenas circunscritos à actividade política e agora abarcam outras áreas, mesmo empresas

"A melhor fonte é a anónima. É aquela que consegue vencer os objectivos do jornalismo. Ou seja, no confronto sobre quem ganha, se a fonte, se o jornalismo, deveria ser o jornalismo, mas muitas das vezes o que acontece é que ganha a fonte"

"Cada vez mais, o jornalismo
não valida, pelo contrário,
aproveita as informações
institucionais, sem as confirmar.
A arte da validação que
sustenta o jornalismo tem vindo
cada vez mais a desaparecer"



pequenas. Fazem estratégias elaboradas e os jornalistas não estavam preparados para isto...

JJ – Também no jornalismo económico, apesar de se falar muito do político?

VR - Sim, já vários autores demonstraram que a dependência das fontes é muito maior no jornalismo económico do que no político. No jornalismo político há uma dependência de indução de temas, mas depois a abordagem - é bom que se diga – é livre. O que há é uma tentativa de se colocar temas na agenda, que facilitam o interesse político. Em Portugal a redacção de textos jornalísticos de política ainda não é tão condicionada como noutros países porque os jornalistas ainda têm acesso à classe política. Têm acesso muito grande até nos corredores do Parlamento, ao contrário do que acontece em Espanha, em Inglaterra ou no Parlamento Europeu. Os jornalistas ficam sem conseguir validar a informação que lhe é dada pela fonte. Em Portugal, os jornalistas parlamentares validam a informação quando confrontam os deputados nos corredores. No dia em que for limitado esse acesso vai morrer muito do bom jornalismo político que se faz em Portugal.

JJ – Qual é o melhor assessor? O que já foi jornalista? Ou que se especializou?

VR - São várias perguntas. Assessor de imprensa... eu concordo que um jornalista até possa ser melhor assessor de imprensa. Mas o melhor assessor de comunicação é o que não passou pelo jornalismo. Hoje em dia, uma entidade pública ou um ministério quando quer comunicar não quer dizer que comunique apenas através do jornalismo. Se é para fazer só isso, assim contrata ex-jornalistas que conhecem as redacções e eventualmente têm a noção do que é a melhor notícia, quem são os agentes e os gatekeepers da redacção. Mas hoje em dia o desafio é muito maior. Eu se fosse assessor de um ministro nunca contratava um ex-jornalista. Queria alguém que ampliasse a minha mensagem e para isso tem de ser alguém que domine outras ferramentas de comunicação, como a publicidade, as relações públicas, os eventos, o marketing relacional, actividade na responsabilidade social. Mas esses jornalistas centram-se em demasiado na assessoria de imprensa e é pior.

Quer se queira quer não, o jornalismo filtra e é crítico e tem modelos de validação e se os usarem não podemos dizer que conseguimos. Por isso, tenho de arranjar outras formar de garantir que atinjo os meus públicos-alvo de forma mais eficaz e por vezes é por suportes publicitários, organização de eventos, patrocínios, com envolvimento num conjunto de outras técnicas que se usam na assessoria de comunicação.

JJ – Com trabalho como assessor há cerca de 20 anos, em diferentes áreas de assessoria, como a empresarial e a política, quais foram as principais mudanças sentidas na profissão?

VR - O imediatismo da imprensa, ou melhor, a minha

sensação de impotência em relação às redes sociais. Vieram baralhar a forma como o assessor tem de acompanhar um processo noticioso. Sabíamos que havia um timing, entidades, canais que sabíamos que eram os pivots da produção de notícias. Hoje em dia as redes sociais vieram baralhar toda essa realidade e uma informação que circula nas redes sociais por vezes é difícil de controlar, mesmo com recursos a tecnologias de comunicação de crise, quer de controlo de danos quer de forma preventiva ou reactiva. As redes sociais vieram acabar com o domínio da promoção, quando se queria promover chamava-se alguém que soubesse de promoção, os relações públicas, o assessor. Hoje em dia qualquer pessoa tem instrumentos para fazer a promoção do seu livro, da sua festa, da sua ideia. Há o jornalista cidadão e também há o promotor cidadão. Esta é uma grande alteração de conceitos que me deixa inquieto. No Parlamento, era o imediatismo do jornalismo, eu sabia que muitas vezes as notícias não eram aguentadas o tempo que eu queria, acabavam por sair antes no online. Baralhavam a estratégia que tinha sido montada, mas isso é bom para o jornalismo. Essa é a parte boa, é mais uma forma do jornalismo impor o seu próprio ritmo.

JJ – Alguma vez surgiu a tentação de passar informação que não fosse válida, que pusesse em causa os valores democráticos do jornalismo?

"A dependência das fontes é muito maior no jornalismo económico do que no político.
No jornalismo político há uma dependência de indução de temas, mas depois a abordagem – é bom que se diga – é livre"

"As redes sociais vieram acabar com o domínio da promoção (...). Hoje em dia qualquer pessoa tem instrumentos para fazer a promoção do seu livro, da sua festa, da sua ideia"

"Vivemos da credibilidade da mesma forma que os jornalistas vivem. Por isso, não consigo aceitar que um assessor de imprensa, como estratégia, use a mentira para atingir um fim"

VR – Há uma regra absoluta que cumpro há muitos anos. Nós, os assessores, vivemos da credibilidade da mesma forma que os jornalistas vivem. Por isso, não consigo aceitar que um assessor de imprensa, como estratégia, use a mentira para atingir um fim. A minha legitimidade, a minha acção, vai até ao ponto em que o objetivo não seja enganar o leitor. A ética é muito importante, demora-se muito tempo a construir a reputação de um político ou de uma marca. Uma das formas de destruir uma empresa é mentir, e acredito que isso vai chegar aos políticos. Eu acredito numa política com base na verdade e na justiça. Quando se projecta uma imagem que não corresponde ao real, acaba mal. Da mesma forma, quando se projeta uma marca com qualidade de produto que não a tem, as pessoas não escolhem mais o produto. Já me pediram para mentir e não o fiz, porque eu gosto de ser assessor de impressa e quero ser para o resto da vida! O que já me aconteceu uma vez foi ter avançado com informação que não correspondia à verdade, mas eu era fonte secundária. O jornalista sabia disso, e era ao jornalista que cabia validar a informação! Todos nós podemos infelizmente avançar com uma informação que ouvimos de terceiros e que não é verdade, por isso é importante a arte da validação por parte do jornalista.

JJ – Pensando nessa arte da validação, quais são as conexões ou confrontos entre o assessor e o jornalista?

VR – Acho que o jornalismo tem pouco tempo para pensar. Por vezes, não questiona porque é que a fonte avança com determinado tipo de informação. Eu digo isto aos alunos, e tento alertá-los para isso. Por vezes, sou visto como o que ataca o jornalismo, mas eu ataco o mau jornalismo, o que se deixa levar pela fonte, o que não valida. Esse é o pior jornalismo, o que se deixa entusiasmar pela cacha. O que segue as fontes que nós fornecemos, esse é o jornalismo mais fácil que faz com que nós, assessores de imprensa, consigamos cumprir com o nosso trabalho. Por isso defendo que a assessoria deveria ser ensinada no primeiro ano de jornalismo. Se estiverem preparados e souberem como actuamos serão melhores jornalistas e com maior resistência ao trabalho dos assessores. Eu gosto do bom jornalismo. Voltando à pergunta, o pensamento imediato deveria ser questionar o interesse da fonte. Por é que me está a dar esta informação? A fonte é sempre interesseira, não há fonte altruísta. Mas também há um aspecto positivo. Tenho visto por parte de jornalistas o empenho em fazer um trabalho sério. Em cumprir as regras do jornalismo. Os jornalistas repórteres ou os parlamentares fazem isso, mas o editor nos últimos anos tem-se transformado mais num gestor de audiências e num gestor de conflitos de interesses. O jornalista é o que vai para o Parlamento e se preocupa em fazer as perguntas, o editor preocupa-se com as audiências, isso torna-o vulnerável a diferentes tipos de pressões, aliás na linha do que diz Chomsky. O jornalismo de investigação acaba muitas vezes por ser uma miragem.

Vasco Ribeiro estudou Jornalismo na Escola Superior de Jornalismo (ESJ) do Porto, mas nunca ambicionou ser jornalista. Foi consultor de comunicação em diversas empresas e instituições, no início de carreira, nomeadamente na Associação Nacional de Jovens Empresários – ANJE (1996-1998), onde foi o primeiro director de comunicação. Depois passou pela Normetro e pela Câmara Municipal do Porto (1999-2001).

Foi coordenador do Serviço de Comunicação e Imagem da Universidade do Porto (UP). Recorda estas funções com orgulho e destaca "o trabalho feito na estratégia de tornar a Universidade do Porto como produtora de ciência e como a maior do país. Houve a estratégia de criar uma marca única, com maior visibilidade e coesão". Em 2009 deixou estas funções para passar a ser assessor do Grupo Parlamentar do PS (2010-2011).

Doutorando da Universidade do Minho, é mestre em Jornalismo Político pela Universidade do Porto, onde tem leccionado assessoria de imprensa e relações públicas e assegurado a coordenação do projecto de estágio na área de assessoria. É autor do livro Fontes Sofisticadas de Informação.



III Congresso Internacional de Ciberjornalismo Convergência insipiente nas redacções portuguesas



O tema mobilizou cerca de duas centenas de investigadores portugueses e estrangeiros, jornalistas, estudantes e represantes da indústria dos média, para o III Congresso Internacional de Ciberjornalismo (6 e 7 de Dezembro de 2012, Faculdade de Letras da Universidade do Porto). As apresentações do protótipo Breadcrumbs e do primeiro estudo sobre convergência entre os média portugueses foram pontos altos de mais uma iniciativa do Observatório do Ciberjornalismo (ObCiber).

Texto e Foto **Pedro Jerónimo**

ara analisar o passado e o futuro dos meios há que partir desde o complexo presente." As palavras são de Ramón Salaverría, conceituado investigador da Universidade de Navarra (Espanha), e foi com elas que iniciou a conferência de abertura do III Congresso Internacional de Ciberjornalismo (III COBCI-BER), dedicado à convergência. E esse presente é aquilo a que designa de "segunda fase de determinismo tecnológico". Para Salaverría, os últimos anos têm sido pródigos em estudos mais centrados na arquitectura das salas de redacção ou no conteúdo (ciber)jornalístico e menos nas pessoas, nos (ciber)jornalistas. Um dos caminhos a seguir no futuro, defende, é a existência de laboratórios nas próprias redacções, que explorem permanentemente a inovação. A ligação às universidades deve ser, por isso, uma priorida-

"Os utilizadores dos sites noticiosos estão a assumir agora um importante papel no ciclo noticioso, mas mais na selecção e partilha de notícias do que na sua produção." A conclusão é de Fernando Zamith, no estudo "Notícias online: Os profissionais fazem-nas melhor", apresentado numa das sessões para comunicações do III COBCIBER. No mesmo contexto, surge o estudo de Júlia Leite, sobre "A Qualidade da Pesquisa na Internet dos Ciberjornalistas Portugueses". A autora conclui que a qualidade "está longe de ser satisfatória", devido ao facto de os profissionais adoptarem uma postura essencialmente "receptiva". Já Diego Weigelt, apresentou "O rádio nos novos meios de comunicação: uma nova forma de ouvir", onde sublinha as possibilidades que se apresentam para o meio, com o aparecimento de outros dispositivos de distribuição.

Paralelamente, decorreram apresentações de alguns estudos relacionados com tablets: "Conteúdo digital interativo para tablets-iPad: uma forma híbrida de conteúdo digital", apresentado por Rita Paulino; "A convergência entre o jornal e os novos media: do impresso ao tablet – um estudo dos jornais portugueses pelo Laboratório de Pesquisa em Mobilidade e Convergência Midiática", por Brenda Parmeggiani; "Análisis de las aplicaciones periodísticas para iPad de las cabeceras del grupo RCS (Corriere della Sera y El Mundo)", por Ana González Neira; e "The social and technological impact of tablets in the journalism field: a compa-

rative analysis of communicative and business strategies of the newspapers on iPad", por Elena Valentini.

Ainda no âmbito das comunicações, Pedro Jerónimo apresentou o estudo "Descobrindo o ciberjornalismo de proximidade em Portugal", no qual identificou 1996 como o ano em que a transição para a Internet terá começado na imprensa regional. Desde então para cá a transposição de conteúdos a partir do papel tem sido a prática mais frequente, entre as generalidade dos 175 jornais regionais (diários a semanários) existentes. Em sentido contrário surge "Convergência de mídias: o desafio da criação de uma agenda noticiosa hiperlocal", um estudo feito no Brasil e no qual Maria José Baldessar identificou alguns casos de boas práticas de jornalismo hiperlocal, sobretudo por intermédio de redes sociais, como o Twitter. Já para Nair Silva, "as empresas portuguesas não perceberam que o importante são as pessoas", conclusão resultante do estudo "A convergência e a narrativa transmedia: primeiras abordagens aos jornais diários generalistas".

"É possível falarmos sobre um jornalismo convergente?" A questão era o mote para o tema da conferência de Beth Saad, Universidade de São Paulo (Brasil), que preferiu colocar a tónica também nas pessoas. "É verdade que é importante saber trabalhar com a tecnologia, mas é muito mais importante saber trabalhar em equipa", referiu. Nesta linha de pensamento, a investigadora defendeu que "os currículos dos cursos de jornalismo não formam profissionais para a nova configuração tecnológica e social". Já Xosé Pereira, da Universidade de Santiago de Compostela (Espanha), apresentou "Cara a medicion da converxencia. Indicadores e modelos". Depois do espanhol quase ter colocado a assistência a dançar o éxito musical "Gangan Style", prosseguiu com a apresentação de um modelo de análise para estudar a convergência. Uma intervenção que acabaria por servir de introdução e explicação da metodologia usada em "Convergência jornalística nos média portugueses", o primeiro estudo exploratório feito em Portugal. Tendo como amostra três jornais

"Os utilizadores dos

agora um importante

noticioso, mas mais

partilha de notícias

sites noticiosos

estão a assumir

papel no ciclo

na selecção e

do que na sua

produção"

nacionais (Correio da Manhã, Jornal de Notícias e Público) e três regionais (Região de Leiria, Reconquista e O Mirante), três rádios (RDP, TSF e RR) e as três televisões (RTP, TVI e SIC), os investigadores do ObCiber concluiram que a convergência jornalística entre os média portugueses "estará ainda num estado incipiente".

O primeiro dia terminaria com a apresentação do livro "Ciberiornalismo Modelos do Nogógio o

jornalismo, Modelos de Negócio e Redes Sociais" (Bastos e Zamith, Org.), uma selecção das melhores comunicações do II COBCIBER (2010) e alguns textos originais.

A apresentação do Breadcrums (ver caixa) marcou o arranque do segundo dia do congresso, que prosseguiu

Breadcrums para guardar notícias

É uma uma rede social que permite a cada utilizador criar a sua própria biblioteca de notícias, a partir da selecção de fragmentos das mesmas. Só será lançada em 2013, porém, os participantes do III CObCiber já puderam conhecer a Breadcrums.

A rede social recorre ao "hábito antigo de recortar as notícias que queremos guardar", explicou Álvaro Figueira, o investigador responsável pelo projeto, no decorrer da apresentação do protótipo. A Breadcrumbs tem assim por objectivo a recolha de fragmentos de notícias (clips), organizando-os e agregando-os entre utilizadores, de modo a inferir relações entre eles e entre as notícias. Para tal, "baseia-se no uso de ferramentas de web social, recolhendo as opiniões dos leitores, de modo a criar um modelo semanticamente organizado de opiniões dos leitores", pode ler-se no site do projecto, em http://breadcrumbs.up.pt.

Este projecto, iniciado em Setembro de 2010, encontra-se em fase de testes de usabilidade e o seu lançamento está previsto para o primeiro trimestre de 2013. É financiado pelo CoLab, UT Austin | Portugal International Collaboration for Emerging Technologies, Fundação para a Ciência e a Tecnologia, o Programa Operacional Factores de Competitividade e o FEDER (União Europeia).

com a apresentação dos estudos "As notícias nos sites de rádio: contributos para a identidade da notícia ciberradiofónica" (Isabel Reis), "O que está na rádio que não é rádio – um estudo sobre os formatos não sonoros nos sites de emissoras de informação portuguesas" (Luís Bonixe), "Os jornalistas e a Internet: percepções sobre a influência da rede no jornalismo" (Helder Bastos, Helena Lima,

Nuno Moutinho e Isabel Reis), e "Hacia una nueva narrativa audiovisual informativa en el periodismo online. Análisis de ocho cibermedios españoles" (Concha Edo e Javier Mayoral). Destes, destacamos aquele que foi desenvolvido pelo colectivo de investigadores portugueses, que concluiram que "apesar de a Internet ser considerada uma influência positiva sobre o jornalismo (...) é percebida como tendo um impacto limitado sobre os papéis tradicionais dos jornalistas numa sociedade democrática".

"Convergencia de redacciones: cuando el mito se enreda en la realidad" foi o título da conferência de David Domingo, da Université Libre de Bruxelles (Bélgica), na qual o investigador espanhol enfatizou a necessidade de se considerarem os contextos (histórico e cultural) e os casos que se apresentem como "fracassos", e de se escuta-

"Os currículos dos cursos de jornalismo não formam profissionais para a nova configuração tecnológica e social"

"Apesar de a Internet ser considerada uma influência positiva sobre o jornalismo (...) é percebida como tendo um impacto limitado sobre os papéis tradicionais dos jornalistas numa sociedade democrática"

"Há problemas éticos que se levantam, quanto ao uso de redes sociais pelos jornalistas nas redacções. Poderá isso afectar não só a ética como a credibilidade?"

rem os diferentes actores, neste tipo de estudos. Já da parte da indústria, surgiu a conferência "Desafios de um processo de transição entre a imprensa escrita e a produção de conteúdos digitais", por Pedro Araújo e Sá, *chief investment officer* do grupo Cofina. Nela defendeu que o jornalismo é mais importante do que as plataformas e quanto aos conteúdos online pagos, só fazem sentido "em pacote de exclusividade: conteúdos antecipados e enriquecidos".

Antes da apresentação dos Prémios de Ciberjornalismo 2012 (ver caixa) e da conferência final, houve ainda lugar à apresentação de mais estudos: "Online news: Where is the promised context?" (Fernando Zamith), "Colaboración sin Fronteras: Exploring the potential of collaborative multimedia cross-border investigative reporting in Latin America" (Eva Constantaras), "Photography, visual content and Web 2.0: some considerations about practices of press photography in cybermedia" (Pere Freixa) e "Objetividade mediada: a complexidade do conceito jornalístico em tempos de hipermídia e convergência" (Ben-Hur Demeneck).

O III CObCiber terminou com uma vídeo-conferência de Jane Singer, da Universidade do Iowa (EUA), sobre "Social Journalism". A participação e as redes sociais online estiveram no centro do debate, com a investigadora norte-americana a questionar se isso tem servido para melhorar o jornalismo. "Há problemas éticos que se levantam, quanto ao uso de redes sociais pelos jornalistas nas redacções. Poderá isso afectar não só a ética como a credibilidade?" Para Singer, as preocupações das organizações noticiosas têm-se centrado nas repercussões legais, nas implicações na sua credibilidade e na impossibilidade de garantirem o gatekeeping, face "à riqueza louca de vozes, opiniões e factos".

Rádio Renascença vence pela terceira vez

Uma rádio superou dois jornais diários, pelo terceiro ano consecutivo. Foi assim nos Prémios de Ciberjornalismo 2012, com a Rádio Renascença a levar a melhor sobre o Jornal de Notícias e o Público, na "corrida" pelo galardão mais importante: Excelência Geral em Ciberjornalismo.

"Devo realçar que os elementos estrangeiros do júri ficaram impressionados com a qualidade dos trabalhos apresentados", sublinhou Helder Bastos, que presidiu ao colectivo de oito investigadores que avaliaram os trabalhos. No total foram

77, distribuidos por seis categorias.

O primeiro premiado foi o Jornalismo
Porto Net, na categoria Ciberjornalismo
Académico. Com dois trabalhos entre os
três finalistas, a vitória coube ao "dossiê
Es.Col.A da Fontinha". Esta foi a quinta
vez consecutiva que o ciberjornal da
Universidade do Porto conquistou o
galardão.

Seguiram-se mais quatro categorias, que premiaram o Jornal de Notícias e o Expresso, este último estreante. O diário do grupo Controlinveste conquistou os galardões referentes a Viodeojornalismo Online, com o trabalho "Documentário: 20 anos de Paredes de Coura", e Última Hora, com "O dia da implosão da Torre 5 do bairro do Aleixo", enquanto que o semanário da Impresa foi o melhor em Reportagem Multimédia, com "A noite em que a polícia prendeu 1500 estudantes", e Infografia Digital, com "366 pedaços de céu".

Todos os trabalhos ciberjornalísticos podem ser consultado a partir de http://obciber.wordpress.com, o blogue d'Observatório do Ciberjornalismo, entidade que promove anualmente, desde 2008, os Prémios.



Caixa Geral de Depósitos patrocina Prémios Gazeta de Jornalismo 2012

- > Prémio Gazeta de Imprensa
- > Prémio Gazeta de Televisão
- > Prémio Gazeta de Rádio
- > Prémio Gazeta de Fotojornalismo
- > Prémio Gazeta Revelação
- > Prémio Gazeta Multimédia > Troféu
- > Prémio Gazeta Imprensa Regional > Troféu
- > Prémio Gazeta de Mérito > Troféu



Jornalismo e dispositivos móveis

Apps entra no léxico jornalístico

O jornalismo já não se faz nem se discute sem dispositivos móveis. Sejam eles smartphones ou tablets. Foi por isso que uma equipa de investigadores da Universidade da Beira-Interior decidiu realizar o Congresso Internacional: Jornalismo e Dispositivos Móveis (15 e 16 de Novembro de 2012, Covilhã), que reuniu cerca de duas centenas de participantes.

Texto Pedro Jerónimo Foto Eduardo Alves

acesso às notícias é feito cada vez mais por intermédio de dispositivos móveis. Num estudo recente (Statista, 2012), os tablets e os telemóveis ocupavam o terceiro e quinto lugares, respectivamente, numa lista liderada por computadores pessoais, seguidos pela televisão. A taxa de penetração dos smartphones tem crescido a cada dia que passa, tendo como principal consequência o aumento de pontos de acesso à Internet. "Há uma fusão cada vez maior entre os meios de comunicação social e os meios de comunicação pessoal", referiu Paulo Serra, presidente da Faculdade de Artes e Letras da Universidade da Beira-Interior (UBI), na abertura do congresso. A portabilidade dos dispositivos e o aparecimento de novos aplicativos (apps), levam a implicações na forma de consumir e produzir conteúdos. Uma realidade a que a indústria dos média está atenta e que desafia o jornalismo.

"Las industrias de contenido en la era post-pc: horizontes, amenazas y oportunidades" foi o tema da conferência inaugural, a cargo de Juan Miguel Aguado, da Universidade de Murcia (Espanha). Para o investigador, os dispositivos móveis vêm potenciar não só o consumo de conteúdos, como as relações sociais. Destas relações emergem aquilo a que chama "egosferas". Para Aguado, "já não consumimos conteúdos só por consumir, mas esse conteúdo faz parte da nossa vida social", acrescentando que "a palavrachave é sincronização".

Também a indústria esteve representada no JDM (Congresso Internacional: Jornalismo e Dispositivos Móveis), com uma mesa onde se debateu o *software* que actualmente se produz em Portugal. António Gil (Dom Digital), abordou os drivers dos media online, ao nível da digitalização, multiplataforma, o social e *cloud computing*, possibilidades que se apresentam ao jornalismo para agarrar, filtrar, agregar e apresentar informação. "O jornalista que fizer isto tem um produto único, que nenhum Google nem Apple tem", defende. Por sua vez, Paulo Fernandes

(Universal Tech) apresentou o *FlexReader*, uma plataforma pensada e desenvolvida essencialmente para a imprensa regional e que permite actualizar rapidamente os dispositivos móveis, a partir dos sites noticiosos dos meios. Por fim, Daniel Nunes (Niiiws) apresentou o mais recente agregador de notícias, que aposta na informação local e que já está a fazer "muito sucesso no Brasil, em Portugal e na Espanha".

Quem também esteve presente foram as operadoras, à excepção da Optimus. Nelson Lourenço (Vodafone), começou por sublinhar que "em Portugal, ao contrário do restante da Europa, os *smartphones* ainda não superaram os *features phones*", acrescentando que "os produtores de conteúdos são os mais resistentes à *appificação*". Já Tiago Silva Lopes (TMN), lembrou que "a tecnologia é apenas um meio para atingir diversos fins, não é solução para tudo". Num debate em que invariavelmente estiveram de acordo, ambos sublinharam que fazer previsões em comunicações móveis é um risco, pois tudo acontece sempre mais rápido do que se espera. Seja como for, neste domínio o futuro "escrever-se-á" com quaro palavras: 4G, *smartphones, tablets* e interatividade.

Na segunda conferência do dia, "Jornalismo em mídias móveis. Entre a transposição 2.0 e os produtos autóctones", Suzana Barbosa, da Universidade Federal da Bahia, defendeu que já chegamos à "quinta geração do jornalismo digital". Para a investigadora sempre houve "outros dispositivos através dos quais se distribui informação jornalística", para além da web. Para Barbosa "já foi feita uma grande caminhada desde o jornalismo tradicional para o digital". Quanto a perspectivas futuras, não arrisca previsões, pois "estamos vivenciando um momento que é de crise para muitos, efetivamente com operações impressas deixando de existir".

Quem também esteve representado no JDM foram alguns dos principais grupos de média portugueses. Henrique Monteiro (Impresa, Expresso) recordou que o seu grupo foi pioneiro em Portugal a vender na Apple Store,



embora reconheça que "os jornais ainda não fazem dinheiro com a Internet". Ainda assim, não deixou de confidenciar como são os seus hábitos de leitura de jornais: "não compro mais nenhum jornal em papel. Leio tudo no iPad". Já Pedro Tadeu (Controlinveste, DN/JN/TSF), reconheceu que "nós ainda não temos um fluxo de produção lógico nas redacções para produzir conteúdo para dispositivos móveis". Para inverter essa tendência, "é necessário haver um envolvimento maior de profissionais da área de desenvolvimento de aplicativos nas redacções". Por fim, José Alberto Carvalho (Media Capital, TVI) destacou que "vivemos numa era em que as pessoas consomem mais vídeos do que nunca e vêem menos televisão do que nunca". Numa época em que se fala em convergência, o jornalista

referiu que "conviver com todas as linguagens não significa meter tudo num mesmo espaço".

O JDM contou ainda com a apresentação de alguns estudos, dos quais destacamos dois portugueses: "Jornalismo de proximidade em mobilidade", de Pedro Jerónimo (Observatório do Ciberjornalismo), que identificou a existência de conteúdos para dispositivos móveis nos jornais Açoriano Oriental, Correio do Minho e Notícias de Fafe, e "Profiling mobile TV adoption tendencies by college and university students in Portugal", de Luís Pato (UBI), onde a maioria (80%) dos inquiridos referiu que aqueles não são dispositivos adequados para se ver televisão.

Foram ainda apresentados outros estudos, como são os

"Há uma fusão cada vez maior entre os meios de comunicação social e os meios de comunicação pessoal" [Paulo Serra]

"Não compro mais nenhum jornal em papel. Leio tudo no iPad" [Henrique Monteiro]

"Ainda não temos um fluxo de produção lógico nas redacções para produzir conteúdo para dispositivos móveis" [Pedro Tadeu]

"As pessoas consomem mais vídeos do que nunca e vêem menos televisão do que nunca" [José Alberto Carvalho]

casos de: "Jornais em dispositivos móveis: experiências com resultados opostos em cidades do interior do Estado de São Paulo", de Carlos Alberto Zanotti e Sarah Costa Schmidt (PUC Campinas, Brasil); "Linguagens e interfaces móveis para o jornalismo transmídia", de Denis Porto Renó e Luciana Lorenzi Renó (Universidade do Rosário, Colómbia); "Produção de notícias para dispositivos móveis: a lógica das sensações e o infotenimento", de Leonel Aguiar e Adriana Barsotti (PUC Rio, Brasil); "Design de sites web mobiles e de softwares aplicativos para jornalismo digital em base de dados", de Taciana de Lima Burgos (Universidade do Rio Grande do Norte, Brasil); "Nuevos géneros en el contenido de los blogs periodísticos generado a partir de dispositivos móviles", de Juliana Colussi Ribeiro (Universidade Complutense de Madrid, Espanha);

"Usabilidad, interactividad y contenidos multimedia en la prensa para iPad: el caso de El País, El Mundo, Abc y La Razón", de Teresa Nozal Cantarero, Antonio Sanjuán Perez e Ana González (Univesidade da Corunha, Espanha); "Periodismo online en movilidad. Los medios nativos digitales, del PC al iPAD", de Antonio Sanjuán Pérez, Teresa Nozal Cantarero e Carmen Costa Sánchez (Universidade da Corunha, Espanha); "A estrutura da notícia na mídia digital: uma análise comparativa entre o webjornal e o aplicativo para iPad de El País", de Mariana Guedes Conde (Universidade Federal da Bahia, Brasil); "Apps jornalísticas: estudo de caso da Revista Veja.com", de Anelise Rublescki, Eugenia Barichello e Flora Dutra (Universidade Federal de Santa Maria, Brasil); "ICT as the Driving Force for Change in Communication Sciences. The Case of "iVoz" by "La Voz de Galicia"

as an Example of the New Model of Relation", de Maria José Arrojo Baliña (Universidade da Corunha, Espanha); "Contenidos para el periodismo audiovisual en movilidad", de José Juan Videla Rodríguez, María-Jesús Díaz-González e Manuel García Torre (Universidade da Corunha, Espanha); "A configuração do audiovisual nos conteúdos jornalísticos dos dispositivos móveis: uma análise do papel desempenhado pelo vídeo para o enquadramento do conflito na Síria", de Juliana Fernandes Teixeira (Universidade Federal da Bahia, Brasil); e "La distribución de contenidos multipantalla, iante nuevos contenidos mediáticos? Estudio de caso de "RTVE.es en su móvil"", de Maribel Rodríguez Fidalgo e António Sanchez Mera e Francisco Franco Bazán (Universidade de Valladolid, Espanha).

João Canavilhas à JJ

"É mais fácil cobrar conteúdos numa plataforma como os telemóveis"

Que modelo de negócio para o online? É a questão de um milhão de dólares que todos querem ver respondida e que na última década e meia tem motivado discussões e experiências um pouco por todo o mundo. Para João Canavilhas, investigador do LabCom - Laboratório de Comunicação Online, os dispositivos móveis apresentam-se como uma oportunidade a explorar.

Texto Pedro Jerónimo

JJ - Há cerca de três anos, decorreu aqui na Covilhã o 1º Encontro da Montanha - Jornalismo e Redes Móveis. O que mudou de então para cá no contexto português?

JC - Nestes três anos registou-se um crescimento na oferta de apps e pouco mais. Em parte, este crescimento é consequência da evolução técnica e redução de preço dos smartphones e, sobretudo, do aparecimento dos tablets, que estão a ser vistos pelas empresas de comunicação como uma alternativa ao papel.

Apesar de algum dinamismo no campo da oferta tecnológica, os conteúdos continuam longe de explorar as potencialidades oferecidas pelos dispositivos móveis e, por isso mesmo,

limitam-se a ser meras plataformas ubíquas de leitura. Tratase de uma evidente mais-valia, mas estas plataformas permitem muito mais do que isso.

JJ - O LabCom tem estado na linha da frente ao nível da investigação nesta área. Quais foram as principais descobertas e os caminhos que se abriram?

JC - Na fase anterior foi realizado algum trabalho na identificação de variáveis que devem ser objecto de um estudo mais aprofundado, ou seja, foi uma fase de definição do campo de estudo. Temos agora alguns investigadores, sobretudo estudantes de doutoramento nacionais e estrangeiros da UBI, a investigar nos campos da linguagem, formatos, modelos económicos, etc. Estamos também a iniciar um projecto que estuda o público e o privado na utilização destes dispositivos móveis que per-



"Participamos em projectos internacionais no Brasil e em Espanha: nestes casos o objectivo passa pelo desenvolvimento de aplicações que usem as potencialidades das plataformas no jornalismo"

mitem fotografar/filmar e publicar sem a intervenção de qualquer intermediário.

Simultaneamente participamos em projectos internacionais no Brasil e em Espanha: nestes casos o objectivo passa pelo desenvolvimento de aplicações que usem as potencialidades das plataformas no jornalismo.

JJ - A lógica do mobile first parece já estar a substituir a do digital first, pelo menos em termos teóricos. Quando e como poderemos ver isso a ser colocado em prática pelos média portugueses?

JC - Nalguns casos já está em prática, embora numa vertente de complementaridade com o online. O envio de SMS com títulos de notícias, por

exemplo, obedece a uma estratégia desse tipo. Penso que o mobile first poderá ser uma realidade no futuro próximo porque é mais fácil cobrar conteúdos numa plataforma como os telemóveis, onde as pessoas já tão habituadas a pagar. Embora a questão da falta de um modelo económico também se coloque no caso do jornalismo para dispositivos móveis, parece-me que o hábito de pagar (rigtones, avisos, etc), as múltiplas formas de personalizar a informação (gostos pessoais, contexto geográfico, etc) e outras potencialidades como a realidade aumentada, são características tão diferenciadoras e tão fortes que conduzirão rapidamente as empresas à identificação de modelos capazes de gerar receitas para todas as empresas envolvidas: operadoras móveis, produtores de hardware, desenvolvedores de software e empresas de comunicação.





Encontro sobre Ética no Jornalismo Desportivo Os valores do jornalismo no "altar da concorrência"

Agentes desportivos, estudantes, jornalistas e académicos reuniram-se na Escola Superior de Comunicação Social para assentar ideias sobre os valores em que o jornalismo se vai espelhando, sobretudo numa área em que falar de ética se tornou comum, mas nem sempre pelas melhores razões: o desporto.

Texto Anabela de Sousa Lopes e Maria José Mata

Fotos Núcleo de Fotografia da ESCS

ransparência, neutralidade e jogo limpo fazem parte do vocabulário comum ao desporto e ao jornalismo. Ter uma conduta "desportiva" é sinónimo de competição saudável, aceitação das regras estabelecidas e reconhecimento do valor dos adversários. Tal como o desporto, o jornalismo assenta num compromisso com a verdade que não se compadece com interesses e paixões particulares. Mas o equilíbrio é dificil, até porque o contexto do desporto é o do espectáculo.

"Os Jogos Olímpicos ou o Campeonato do Mundo de futebol mantêm milhões de pessoas presas aos televisores e esta grande mediatização tem associados outros aspectos igualmente importantes: são os aspectos financeiros, que movem interesses fora do jornalismo e que, naturalmente, têm impacto no jornalismo e na forma de fazer notícia, o que exige aos jornalistas uma permanente tomada de consciência, um permanente exercício da razão na distinção entre aquilo que é servir o leitor e a sociedade e aquilo que é servir os interesses associados a esta dinâmica financeira tão forte", apontou Sidónio Serpa, Professor da Faculdade de Motricidade Humana, convidado a dissertar sobre os "Desafios da Ética no Jornalismo Desportivo".

Estava dado o mote para a discussão que se prolongou durante uma tarde inteira, num encontro organizado em





Vítor Serpa, José Manuel Rosendo, Sidónio Serpa e Oscar Mascarenhas. À direita, António Florêncio

A questão central

sustentação da

responsabilidade

social que lhe é

actividade

conta a

atribuída

passa pelo modelo

que deve presidir à

jornalística, tendo em

conjunto pela Associação de Jornalistas do Desporto (CNID), pelo Plano Nacional para a Ética no Desporto (PNED) e pelo Curso de Licenciatura em Jornalismo da

Escola Superior de Comunicação Social (ESCS), realizado em Novembro nesta Escola.

Um encontro que viria a confirmar a preocupação dos jornalistas com a tendência para aquilo a que José Manuel Rosendo, jornalista da RDP, descreveu como o "sacrifício da ética no altar da concorrência". Recorrentemente enunciada como um dos factores perturbadores dos "valores" que regem o jornalismo, a concorrência é muitas vezes apontada como

razão para atropelos, precipitações e deturpações que em nada dignificam a profissão. "Estamos na fase do jornalismo Disney", alertou Rosendo, aludindo à crescente mistura entre jornalismo e entretenimento, com o uso de técnicas para tornar as histórias mais atraentes, ainda que haja pouco para contar. "É uma encruzilhada perigosa, não sei como vamos sair dela", sublinhou.

"Os meios de comunicação social em Portugal passam pela maior crise da sua história", reconheceu Vítor Serpa, director do jornal A Bola. "É uma crise de sobrevivência", que exige igualmente uma "ética de sobrevivência" e, no actual contexto, "para ter ética é preciso ter coragem", frisou. A questão central passa pelo modelo que deve presidir à sustentação da actividade jornalística, tendo em conta a responsabilidade social que lhe é atribuída. "Para mim, a informação não é um negócio (...), é um bem público, que não pode ser visto como um negócio. Podemos falar sobre como é que vamos financiar a aquisição desse bem, como proporcinar às pessoas o acesso a esse bem tão importante, mas não podemos fazer dele um negócio. Porque ao fazermos dele um negócio, assistimos àquilo que está hoje a acontecer em Portugal que é os órgãos de informação, estarem, por vezes, claramente ao serviço dos grupos económicos", continuou Rosendo.

O desafio ético no jornalismo é ainda maior sobretudo pela juventude das redacções. A falta de memória e a ausência de jornalistas com experiência dificulta a reflexão e a contenção. Os jornalistas mais jovens, "numa fase inicial da carreira, se calhar estão menos sensíveis a estas questões éti-

cas, (...) que se vão consolidando à medida que as pessoas vão crescendo profissionalmente", notou o jornalista da RDP. E foi ainda mais longe ao situar o problema a partir do modo como os candidatos à profissão a encaram desde o início: "se entram no jornalismo porque querem ser jornalistas ou porque querem ser outra coisa qualquer." Condenou sobretudo o "entra e sai" patrocinado por jornalistas que passam a assessores e logo depois voltam a ser jornalistas, ajudando com

isto a minar a forma como a sociedade olha a profissão.

ÉTICA PARA ALÉM DO DESPORTO

Falar de ética é falar da capacidade para distinguir entre o bem e o mal, orientando normas de conduta em contexto social. A ética "depende de cada um de nós", afirmara António Florêncio, presidente do CNID, logo a abrir este encontro. É "uma questão de vida, não é uma questão do desporto. Não é uma questão dos desportistas nem dos jornalistas", acrescentou Sidónio Serpa, sublinhando que o que é particular ao desporto é o contexto do seu exercício – a mediatização e os interesses (pessoais, financeiros e outros) que move. "Não acredito nada que o desporto seja uma escola de virtudes (...). O desporto não ajuda em nada a não ser que o contexto em que este se move seja favorável à ética e é aí que entram os agentes - os treinadores, os jogadores e os jornalistas - que ampliam e espelham a realidade que se vive no contexto desportivo. Pode-se ampliar e espelhar de formas opostas – ampliando o efeito e as características nefastas ou, ainda, referindo, emitindo opiniões e punições no sentido em que há que criticar o que está mal e reforçar o que está bem. Esta é uma consequência do acto jornalístico ", afirmou. A ética terá então uma dimensão cultural? Vítor Serpa apontou a questão e centrou o problema: "Se o mundo da comunicação mudou tanto nos últimos tempos, será que



a ética é exactamente a mesma ou terá evoluído de acordo com essa evolução da comunicação e com a evolução do próprio tecido social? Estamos nós numa sociedade da ética?"

A dimensão emocional do desporto leva a comportamentos extremados, quer por parte dos agentes envolvidos quer pela parte do público. O desporto move-se no campo da paixão, o que coloca aos jornalistas um desafio acrescido no que respeita à objectividade e ao distanciamento.

Como fazer um jornalismo que se quer rigoroso e, ao mesmo tempo, não dispensa o estilo adjectivado, especulativo e opinativo? Carlos Andrade, jornalista e docente da ESCS, convidado a moderar um dos painéis, deu uma achega e evocou a sua experiência pessoal, lembrando que sofre mais quando vê um jogo como adepto do que sofria nos momentos em que relatava encontros nos quais tinha interesse particular. Para o director do jornal *A Bola*, a resposta parece clara: "O jornalismo desportivo tem uma vantagem em relação a outros: o escrutínio popular é maior", advogando que o jornalista deve ser, não imparcial, mas objectivo.

As vendas e as audiências dos jornais e programas des-

portivos comprovam que há um grande acompanhamento dos acontecimentos por uma larga fatia de público, o que se traduz numa maior ressonância e controlo de eventuais erros cometidos. Por outro lado, tendo em conta a pequenez do mercado dos *media* em Portugal, o baixo índice de leitura de jornais e a existência de redacções muito jovens e bastante pressionadas pelo mercado, nem sempre o balanço é positivo. A excessiva proximidade relativamente às fontes, o alimentar de conflitos e rivalidades, o

excessivo destaque dado ao futebol comparativamente aos restantes desportos e a adopção de um certo discurso nacionalista relativamente à Selecção Nacional são críticas recorrentes nesta área.

Relativamente a este último aspecto, Francisco Pinheiro, doutorado em história e investigador nas áreas do desporto

e dos media, apontou a Selecção Nacional como um dos eixos fundamentais para se perceber a questão da evolução do conceito de "verdade desportiva" no jornalismo. "A Selecção Nacional sempre teve boa imprensa", afirmou, relembrando uma reunião ocorrida a 2 de Maio de 1925 (data que coincide com um período de auge da imprensa desportiva em Portugal), com quase todos os jornalistas desportivos da época. Aí foi então celebrado uma espécie de pacto simbólico de não-agressão à Selecção Nacional de Futebol, assente em três princípios: primeiro, não discutir a constituição da equipa nacional e da convocatória; segundo, "esmagar a campanha derrotista" (apagar as vozes discordantes daqueles que dizem sempre mal); e terceiro, "criar em torno dos jogadores uma atmosfera de confiança". António Magalhães, subdirector do jornal Record, confirmou a manutenção desta tendência: "é um facto, mas não é apenas uma prática dos jornais desportivos, é uma prática da imprensa em geral, das rádios, das televisões, assumir a Selecção como uma causa nacional".

No actual cenário de concorrência tornou-se evidente a eleição do futebol como o desporto que colhe maior atenção - quando não exclusiva - por parte dos meios de comunicação. No caso da imprensa, essa opção ganhou contornos de rivalidade, com certos títulos a serem acusados de favorecer determinados clubes, promovendo rivalidades regionais, nomeadamente entre Lisboa e Porto. Para Francisco Pinheiro, a guerra norte-sul é das temáticas mais interessantes de estudar do ponto da vista da relação do jornalista com o desporto, com a mensagem desportiva e os clubes. Esta "guerra" remonta ao início dos anos 10-20 do século passado, precisamente com o futebol. "A partir daí há uma retórica recorrente entre os jornais do Porto e os jornais de Lisboa, em permanente conflitualidade". António Magalhães concorda, em parte. "Há, de facto, uma «futebolite» aguda nas capas dos jornais desportivos, muito viradas, quase sempre, para Benfica, Sporting e Porto". O

Record, recordou, nasceu com o objectivo de ser um jornal das modalidades e nos anos 80 muitas das suas capas eram feitas com vários temas. "As capas passam por um modelo de negócio, mas são também uma questão de cultura desportiva. Espanha tem grandes heróis de outras modalidades." Agora, admitiu, "há, uma questão de mercado e o Record assume claramente isso. O mercado do Record não é claramente o do adepto do Porto, embora hoje, com os meios tecnológicos, seja possível a jornais como o Record e A

Bola fazerem primeiras páginas para Lisboa e para o Porto." Em função destas opções editoriais, a imprensa é muitas vezes acusada de acicatar conflitos e rivalidades entre clubes. O subdirector do *Record* rejeita a acusação, dizendo que as rivalidades existem, de facto, e "é difícil escapar à realidade". Assim, aponta o dedo aos dirigentes: "esses é que devem

A dimensão
emocional do
desporto leva a
comportamentos
extremados, por
parte dos agentes
envolvidos e por
parte do público, o
que coloca aos
jornalistas um
desafio acrescido

rever os seus valores éticos". Para António Magalhães existem razões concretas para o desequilíbrio na informação, com algumas consequências na verdade desportiva publicada nos jornais: "hoje um dos sérios problemas que os jornalistas desportivos têm é que a informação é cada vez mais filtrada, não apenas por assessores de imprensa, por departamentos de comunicação, mas também por agências de comunicação. (...) Há muita gente a passar a sua comunicação e a sua verdade. Alguma verdade desportiva que os clubes querem fazer passar está muito dependente do espaço, da grandeza do clube e da possibilidade e dos meios que têm para fazer passar essa informação."

O PLANO DE ÉTICA DO CNID

Um dos momentos mais vivos deste encontro girou em torno do anúncio, por parte de José Lima, Coordenador do PNED, de que se encontra já concluído o Código de Ética para os Agentes Desportivos, o qual visa estabelecer os princípios éticos para os diferentes actores desportivos. O CNID, em colaboração com o PNED, participu na criação deste documento, que Oscar Mascarenhas, professor de ética e actual Provedor do Leitor do *Diário de Notícias* afirmou, contundentemente, estar "condenado ao fracasso". Segundo Oscar Mascarenhas, este plano só pode funcionar se ao lado existir "um pelourinho para castigar a falta de valores", sugerindo em tom sarcástico que se buscassem umas "tinas de éter" para colocar "os senhores

comentadores principescamente pagos nos programas ditos desportivos e que estão lá em nome do desporto para fazer tudo o que não tem a ver com lealdade", apontando-lhes "a desonestidade intelectual, a desleadade de procedimentos e argumentação e a linguagem de carroceiros e almocreves". Condenou a ainda a conduta dos próprios jornalistas que os acompanham nesse tipo de programas, incentivando ao televoto: "Está proibido

no Estatuto do Jornalista que os jornalistas possam fazer apresentação de televotos. Não há nenhum desses programas em que o jornalista não apresente o televoto, que é uma vigarice, é um roubo às pessoas, porque lhes está a extorquir dinheiro em nome de uma chamada consulta popular que não é nada e os jornalistas não podem fazer isso. Mas como o negócio tem que existir, é o negócio que se alimenta da mentira." Perante a interpelação, José Lima respondeu acreditar que "não se apanham moscas com éter, mas sim com mel" e que a aposta na formação e na educação pelos valores - que passa pelo ensino - pode resolver alguns desses problemas.

OBJECTIVIDADE, IMPARCIALIDADE E JORNALISMO DESPORTIVO

O jornalismo desportivo tem sido visto como uma das áreas de especialização ou uma das áreas temáticas do jornalismo,



Humberto Santos, presidente do Comité Paralímpico



António Magalhães, Carlos Andrade e Francisco Pinheiro

Não existe incompatibilidade entre técnicas estilísticas que tornam as notícias apelativas e o compromisso com o rigor e a honestidade jornalísticas

com tudo o que isso envolve de específico, particular, e até desculpabilizante – linguagem própria, mais adjectivada e emotiva, área mais ligada ao prazer, à dimensão lúdica da informação. A assunção de que se trata de um campo à parte dentro do universo jornalístico, pelo público mas também pelos jornalistas, tem possibilitado um conjunto de práticas que frequentemente se afastam dos

princípios orientadores da actividade jornalística, como é o caso da objectividade.

Como sabemos, o conceito de objectividade tornou-se pertinente para o jornalismo no século XIX, na chamada fase industrial da imprensa, em que as notícias se dirigiam cada vez mais a uma massa, ao chamado grande público, obrigando à construção da informação inteligível por todos. Impôs-se também como forma de demarcação em relação a outras áreas da comunicação, como a publicidade e as relações públicas. A tónica seria: um jornalista objectivo é aquele que tem um compromisso com a verdade dos factos, independentemente dos agentes envolvidos. Objectividade transforma-se, desta forma, num conceito ético.

No entanto, foram surgindo arguições que defendiam que, em rigor, a objectividade não existe. E mesmo no campo das ditas ciências exactas o dogma caiu, por assim dizer. Qualquer sujeito que opera sobre um objecto impede

um resultado objectivo. Esta, se não for bem situada, pode ser uma ideia "perigosa" quando colocada na discussão sobre a ética no jornalismo em geral, pois tenderá a ser entendida como demissão do jornalista na realização de um trabalho rigoroso.

A objectividade deverá ser um exercício constante de superação de um constrangimento. E, ao contrário do que se defendia nos anos 60 no âmbito do chamado «novo jornalismo» – que a objectividade era um espartilho que impedia a criatividade dos jornalistas – é hoje assumido que não existe incompatibilidade entre técnicas estilísticas que tornam as notícias apelativas e o compromisso com o rigor e a honestidade jornalísticas.

O jornalismo desportivo é especialmente vulnerável à concretização desta coexistência quando se considera que esta é uma área à parte. Jornalismo, sim, mas com particularidades que socialmente identificamos como desculpabilizantes de algum excesso de linguagem – adjectivação a mais, por exemplo –, de tomadas de partido em peças informativas e não apenas em peças de opinião. Ainda persistem as visões que menorizam o jornalismo desportivo, considerando-se uma área sobre a qual não deveremos esperar isenção e imparcialidade. Em rigor, não existe qualquer especificidade nesta área que impeça o cumprimento de regras e práticas semelhantes às que pautam o jornalismo económico, o jornalismo político, o jornalismo cultural, etc. No entanto, é um facto que existe uma

espécie de acordo tácito entre jornalistas e público sobre uma certa forma de fazer jornalismo ancorada na emoção e até na opinião quando de informação se trata. Como se se dissesse: "há jornalismo e há jornalismo desportivo".

Em relação ao conceito de imparcialidade existem igualmente interpretações divergentes. Ser-se imparcial significaria não tomar partido. Aparentemente,

trata-se de um conceito menos controverso porque mais facilmente qualquer jornalista dirá que consegue fazer uma notícia dando os dois lados de uma questão. Mas também relativamente à imparcialidade se advoga que ela é impossível de alcançar, se considerarmos o jornalista um intérprete da realidade. Vai-se mais longe: é preferível o jornalista dizer claramente de que lado está, em vez de nas entrelinhas o dar a entender, manipulando até a opinião pública.

"Velhas", mas igualmente incontornáveis, estas questões estiveram em foco no encontro. Falar de ética, neste contexto, é importante, sublinhou Augusto Baganha, Presidente do Instituto Português do Desporto e Juventude "porque muitas vezes a opinião ganha mais peso do que o tratamento da informação". António Magalhães deixou no ar a pergunta: "Deveria um jornalista assumir a sua cor clubística?"

A questão reside essencialmente na delimitação de fronteiras e no "jogo limpo" relativamente ao leitor. "O

jornalista, no espaço próprio, tem a obrigação de ter opinião", frisou José Manuel Rosendo, para quem o facto de os jornalistas terem mais informação os habilita a dar uma opinião mais consistente. Vítor Serpa introduziu algumas nuances na discussão, recordando o Campeonato da Europa de 2004, em que Portugal chegou à final. Um jornalista, perante aquele facto pode ou deve ser imparcial?, perguntou, para em seguida responder: "não, não deve ser imparcial, deve ser objectivo. Há uma grande diferença entre objectividade e imparcialidade. O mercado para o qual o jornalista está a escrever é o mercado português, e este quer saber a razão pela qual a Grécia ganhou ou a razão pela qual Portugal perdeu? Há uma diferença de pontos de vista, há uma diferença nessa forma de ver sem que haja aqui interferência do ponto de vista da objectividade".

Para além da clara definição dos termos, importa sublinhar que os conceitos não podem ser pensados independentemente das suas consequências na prática diária, a cada linha escrita, a cada decisão editorial assumida. "Mágoa é o que sentem muitos atletas por não verem o seu valor reconhecido. Não aparecerem na comunicação social não é um factor desmotivador, pois cada atleta sente a sua modalidade como a mais importante – é um caso de paixão! -, mas a mágoa existe, como se compreende", afirmou Sidónio Serpa. Momentos antes, Humberto Santo, presidente do Comité Paralímpico de Portugal – presente

na plateia – fizera eco dessa mágoa, interpleando a mesa sobre como ajudar a melhorar a informação que se faz sobre essa dimensão desportiva.

Desporto é espectáculo e espectáculo é emoção. Considerando este enunciado incontornável, não será fácil o desempenho de um jornalista que se dedica aos eventos desportivos, desejando corresponder às expectativas do público

e reger-se pela ética da profissão: como e quando decidir se os feitos de um atleta português desconhecido do grande público são mais importantes do que a anunciada tristeza de Cristiano Ronaldo ao serviço do Real Madrid? O que pretende o público? O que pretendem os editores? E desporto é apenas futebol? Onde ficam os registos de vitórias portuguesas em modalidades menos conhecidas pelo grande público? Em nota de rodapé ou numa rubrica da RTP2? Pensando especialmente nos tempos de crise que vivemos, António Magalhães sublinhou que "a imprensa desportiva tem uma responsabilidade enorme na elevação de determinadas figuras como símbolo do país". E embora falar de ética no desporto seja "quase uma redundância, porque o desporto é símbolo de liberdade e de lealdade", como afirmou Óscar Mascarenhas, debater a ética no jornalismo desportivo faz todo o sentido porque "os jornalistas são actores activos na preservação dos valores do desporto", frisou José Lima.

Debater a ética no jornalismo desportivo faz todo o sentido porque "os jornalistas são actores activos na preservação dos valores do desporto"

"Ciência no Ecrã"

A ciência no prime-time

A ERC e o Instituto Gulbenkian de Ciência realizaram um estudo sobre a visibilidade televisiva da actividade científica em 2011 e primeira metade de 2012. A ciência ocupa um tempo escasso de emissão, sobretudo em torno das questões da saúde e com os rostos dos peritos.

Texto Ana Jorge Fotos Gonçalo Borges Dias

saúde continua a ser a temática que mais contribui para a visibilidade da ciência nos noticiários televisivos, apesar de, no global, este continuar a ser um tema residual, em contrasse com o crescimento da actividade científica de produção portuguesa ou por portugueses nas últimas décadas. A ciência aparece no ecrã através de "casos de agenda", sobretudo de saúde pública, mas também de acontecimentos promovidos, regular ou esporadicamente, pelas entidades científicas. Baseada sobretudo em vozes nacionais, mas individuais, a imagem que se transmite da ciência é consensual. Estas são algumas das principais conclusões do estudo "Ciência no Ecrã", realizado em parceria entre a Entidade Reguladora para a Comunicação Social (ERC) e o Instituto Gulbenkian de Ciência (IGC) e apresentado publicamente na Fundação Calouste Gulbenkian em Dezembro passado, com presença de jornalistas e de investigadores científicos.

Outros estudos da ERC mostravam já que o tema da ciência é um tema "residual" no conjunto dos blocos informativos televisivos: o Relatório da Regulação de 2011 dava conta de que o tema representava apenas 0,8% das peças, contra a política nacional, que liderava a tabela, com 27%. O "Ciência no Ecrã" focou-se na visibilidade

São sobretudo dois os valores-notícia em questão nas notícias sobre ciência: "o relevo da descoberta para a cura da doença (20,7%), por exemplo, na área dos tratamentos de doenças cancerígenas, e a novidade e atualidade da descoberta (20,1%)"

televisiva da actividade científica, em sentido restrito, nos noticiários de horário nobre dos canais de sinal aberto (RTP, SIC e TVI), durante o ano de 2011 e primeiro semestre de 2012. Depois de um grande investimento em ciência e do atingir de um nível equiparado a outros países

europeus, as duas entidades - uma com responsabilidade na regulação da comunicação e outra com renome internacional na área da investigação biomédica - associaramse para analisar o reflexo dessa actividade científica ao nível dos media, focando-se na televisão. O estudo pretende "não só quantificar a presença de temas de ciência nas televisões mas também entender o modo como os media contribuem para a promoção, junto do grande público, do trabalho científico realizado em Portugal ou por cientistas portugueses",

Assim, a escolha dos noticiários de horário nobre ("Telejornal" da RTP1, "Hoje" da RTP2, "Jornal da Noite" da SIC e "Jornal Nacional"/"Jornal das 8" da TVI) prende-se com o facto de se pretender retratar o ponto de divulgação para o grande público. Por outro lado, o conceito de ciência utilizado foi uma acepção restrita, excluindo pseudo-ciências, ciências alternativas ou descobertas de amadores.

EM TOM DE CONSENSO

Durante o período em análise, os acontecimentos que mais contribuíram para a visibilidade da ciência nos noticiários foram acontecimentos agendados, nomeadamente "a semana da atribuição dos prémios Nobel, do prémio

Pessoa ou a noite europeia dos investigadores, com maior número de peças". Além disso, outros "casos de agenda" também levaram o tema aos ecrãs, sobretudo o desastre nuclear de Fukushima, o acidente do jovem artista português Angélico Vieira e as questões sobre a sua morte cerebral, a bactéria E.Coli e o sismo

de Lorca, em Espanha.

Desta forma, são sobretudo dois os valores-notícia em questão nas notícias sobre ciência, conclui o estudo: "o relevo da descoberta para a cura da doença (20,7%), por exemplo, na área dos tratamentos de doenças canceríge-



Martin Bauer e Tania Morais Soares







Jornalistas participaram na apresentação pública dos resultados do estudo. À direita, mesa redonda com jornalistas e cientistas

nas, e a novidade e atualidade da descoberta (20,1%)". Outros motivos de apelo para os media podem passar pela questão dos riscos associados, os prémios e reconhecimento de trabalho científico, curiosidades e comportamentos sociais, mas também pelo interesse pelos cientistas portugueses na diáspora.

Devido ao interesse que se considera terem para a população em geral, as ciências médicas e da saúde lideram entre as notícias de ciência, com 42,3%. A restante visibilidade da ciência nos noticiários televisivos do prime-time dividiu-se entre as da engenharia e tecnologia (15,4%), as exactas (12,9%), e as naturais e sociais (ambas com 8,8%).

O estudo demonstra que "o debate em torno de questões de ciência é mediatizado como predominantemente consensual". Com efeito, das 319 peças identificadas no período em análise, correspondentes a 18h04m, destacam-se a investigação científica (32,6%), em particu-

A SIC e a TVI são as que mais colocam as peças sobre ciência no final dos noticiários, contribuindo para os 11% desta categoria. Algumas das peças são promovidas com teasers ao longo do noticiário, o que remete para uma função de entretenimento

lar as descobertas cujos resultados contribuem para avanços na cura de doenças, e inovação e desenvolvimento tecnológicos (23,5%). Predominantemente com um registo informativo (e apenas cinco peças de entrevista e quatro de comentário/opinião), o retrato da ciência é dado de forma consensual, através da voz de especialistas, técnicos e cientistas (50,2%), com o recurso a apenas uma

(47,9%) ou várias vozes (52,1%), mas em consonância. Daí que Vítor Faustino, coordenador do estudo da parte do IGC, inste os jornalistas a promover um maior questionamento das apresentações científicas, sujeitando-as a um confronto como acontece nos processos de validação do campo da ciência.

É sobretudo em peças relativas à política de ciência ou de questões éticas e sociais que se apresentam outras e mais vozes, como organismos científicos e de I&D e as fontes governamentais nacionais, ou internacionais.

Em consequência de um predomínio da visibilidade de investigação científica apresentada por um ou mais cientistas de uma entidade, dando o seu parecer sobre uma matéria específica, a imagem nas notícias sobre ciência é a da personalização da ciência (25,7%). No entanto, também uma imagem de humanização tem espaço significativo (21,3%), mostrando a relação de cidadãos e utilizadores de

serviços de saúde. A imagem mecânica ou tecnológica da ciência surge quase em pé de igualdade com esta (19,4%) e é a imagem mais orgânica ou biológica que é a menos expressiva (11,6%).

Em termos de alinhamento, a SIC e a TVI são as que mais colocam as peças sobre ciência

no final dos noticiários, contribuindo para os 11% desta categoria. Algumas das peças são promovidas com teasers ao longo do noticiário, o que remete para uma função de entretenimento das próprias notícias de ciência. Paulo Bastos, da TVI, como Vasco Trigo, da RTP, concordaram que é preciso negociar com os editores para conseguirem visibilidade para peças em torno da ciência, embora os



temas da saúde sejam mais facilmente vistos como apelativos para as audiências, notou Dulce Salzedas, da SIC, o que o próprio estudo vem comprovar em termos de resultados.

IMPLICAÇÕES

Martin Bauer, professor da London School of Economics, do Reino Unido, e orador na apresentação pública do estudo, sublinha que "o encontro entre profissionais da ciência e da produção de televisão nem sempre é livre de conflito e requer uma compreensão mútua das culturas profissionais divergentes".

O tempo dos jornalistas parece muitas vezes em contraste com o dos cientistas. Em consequência, o grau de especialização dos cientistas contrasta com o nível de generalidade a que os jornalistas são obrigados, cada vez mais, por força da contracção de redacções. Os jornalistas são também confrontados com o desafio de transpor a complexidade dos resultados científicos para uma linguagem acessível e apelativa, sem pôr em causa o rigor.

Ao empreenderem a análise, referente a um período muito recente, a ERC e o IGC pretendem devolver os resultados às comunidades científica e jornalística para que continuem a trabalhar em nome da literacia e cultura científica entre a população portuguesa. Com este passo, as entidades desejam que as entidades que trabalham em ciência compreendam melhor de que forma os media audiovisuais seleccionam descobertas, inovações ou personalidades científicas, para que comuniquem profissionalmente o seu trabalho, de elevado interesse público, à população em geral, incluindo através dos media noticiosos e mormente da televisão. A figura dos comunicadores de ciência, enquanto mediadores profissionais da relação entre investigadores científicos e jornalistas, é cada vez mais a que faz a ponte entre estas duas esferas profissionais, em nome da promoção da cultura científica. u

Referências

Entidade Reguladora para a Comunicação Social e Instituto Gulbenkian de Ciência (2012). "Ciência no Ecrã: a divulgação televisiva da atividade científica nos noticiários de horário nobre dos operadores televisivos: RTP, SIC, TVI (2011-2012)". Entidade Reguladora para a Comunicação Social e Instituto Gulbenkian de Ciência, Lisboa.

A ciência nas páginas de jornal

Rui Brito Fonseca, consultor do projecto, analisou a representação da ciência na imprensa, num período referente a três décadas. Na tese de doutoramento em Sociologia que concluiu em final de 2012, com o título "A Ciência e a Tecnologia na Imprensa Portuguesa: 1976 - 2005", o sociólogo analisou dois títulos "populares" (Correio da Manhã e A Capital) e dois "de qualidade" (Público e Diário de Notícias), reunindo um total de mais de 1400 peças.

Debruçando-se sobre a imprensa como meio que "informa, esclarece e envolve"

os cidadãos sobre e com a ciência, assinala as características deste período de crescimento económico e de investimento em ciência e tecnologia. Reflexo disso, na imprensa de qualidade, o tema da ciência e tecnologia cresceu ao longo do período analisado, mas na imprensa popular deu-se uma maior atenção ao tema até aos finais da década de 80, diminuindo depois disso e reduzindo a perspectiva ao nível da curiosidade e quotidiano. No Público ou no Diário de Notícias, formaram-se editorias de ciência, com

jornalistas especializados, que mostram uma maior diversidade de produção científica; no Correio da Manhã, analisado a partir de 1980, o investigador encontrou uma maior concentração de notícias de saúde ou de menor índice de cientificidade, bem como um progressivo interesse pela tecnologia relacionada com o consumo. Como constatou o estudo da ERC e do IGC, em ambos os tipos de jornais foi encontrada uma imagem sobretudo humanizada da ciência, com os peritos ou cientistas a assumir o protagonismo.

Viagem Pordiferentes frequências

As diferenças entre rádios regionais e nacionais estranham-se, mas depois entranham-se. A essência do trabalho é a mesma: comunicar. Os ajustes de conteúdo fazem-se apenas de acordo com o público-alvo de cada rádio. É assim na Antena 1 e na Ribatejo FM.

Texto Cátia Carmo Fotos Melissa Rito

osé Candeias tinha 20 anos quando falou ao país pela primeira vez, na Rádio Renascença. "Entrei na Rádio Renascença. Não havia ainda muitas rádios locais. Entrei imediatamente numa de carácter nacional". Depois disso, experimentou a escrita de notícias para rádio durante o estágio, sempre na perspectiva de alimentar a sua capacidade comunicativa.

"Entrei como jornalista e durante um ano e meio aprendi a dominar o texto. Tudo isso fez parte da minha formação". Candeias seguiu cedo o caminho da rádio. No entanto, antes disso teve outros empregos, que considera de igual importância na construção do comunicador que é hoje. "A vender brinquedos, numa grande loja, aprendi o que era o público. No lar de idosos, onde estive durante três meses, aprendi a lidar com o ser humano".

Hoje, aos 49 anos, José Candeias mantém uma fidelidade plena à sua primeira paixão. Quase plena. No início da sua vida universitária descobriu a filosofia. "Quando entrei na faculdade concorri a Comunicação Social, mas na altura o curso era uma novidade, as médias eram altís-

simas. Não tinha uma má média mas não cheguei lá por uma questão de décimas. Mesmo assim, ainda bem que não fui para Comunicação Social". O locutor não aprecia a forma como os estudantes de Comunicação são formados e chega mesmo a afirmar: "Os cursos de Comunicação, em Portugal, são mais Sociologia da Comunicação".

AS ROTINAS...

Não abdicando do cigarro e do café, cinco ou dez minutos antes de entrar nos estúdios da Antena 1, José Candeias evita conversar com um elevado número de pessoas antes de entrar no ar. "Não gosto de falar com muita gente. Acordar às 4h da manhã, ir para o microfone, preparar essa energia toda. A minha rotina para além do café é para me mentalizar que vou dominar o público". Para que tudo corra bem, os problemas e a má disposição têm de ficar em casa: "É estar ali como se nada fosse".

"ON AIR"

São 5h da manhã. Ouve-se o sinal horário. Entra em estú-



dio o jornalista de serviço e senta-se, em frente ao computador, situado do lado direito de Candeias, debitando as primeiras notícias do dia. São os jornalistas que fazem a abertura do programa de José Candeias. Contudo, é a este último que cabe o fecho do noticiário, assim que se ouve o slogan 'Antena 1 liga Portugal'. "Bom dia. Sou o José Candeias. Consigo, das 5h às 7h".

No estúdio em frente ao de José, separado apenas por um vidro duplo, está a equipa de produção. Aqui, onde há um relógio, um computador e três grandes mesas de mistura coloridas pelos seus botões azuis e vermelhos, põemse em dia as conversas. "O filme foi giro? Nem me atrevi a ir, senão vinha directo para aqui", falam entre si os responsáveis pela produção.

Pouco depois começa o frenesim. O programa de José Candeias, radialista da Antena 1, ganha vida, essencialmente, através da participação activa dos seus ouvintes. Todas as manhãs chovem dezenas de telefonemas, das mais variadas partes do globo. As pessoas ligam para contar as suas histórias, falar da sua vida. No caso dos emigrantes, que compõem grande parte da audiência, este género de programas aproxima-os do seu país.

"Às vezes fazemos por ordem de inscrição, outras temos de fazer uma certa triagem para manter a qualidade no programa", explica Carlos Jorge, um dos elementos da produção. O som do telefone predomina. Para além de controlar o som, uma das principais responsabilidades da equipa de produção é atender telefonemas. Hoje, tal como noutros dias, é Carlos quem está incumbido dessa tarefa. "Bom dia! Fala da Antena 1. Diga-me o seu nome, por favor. É a primeira vez? E a sua profissão? Ah, pedreiro! Está-nos a ligar de onde? Ah, Orleans, França. Sr. Eduardo, qual é o assunto que o traz aqui à Antena? Não desligue que o José Candeias já o chama. Obrigado. Até já."

É através do Skype, o famoso software que permite fazer chamadas gratuitas pela internet e telefone, que a equipa consegue controlar todos os telefonemas. "Aqui está o registo das pessoas de hoje. Depois fazemos uma certa selecção. Damos preferência a quem liga pela primeira vez. Quem liga para cá três vezes já não tem tanto assunto para falar. Também depende do tema... Se é ou não interessante. Dar os parabéns a alguém, pedir um disco, não é algo muito relacionado com a temática do programa", diz Carlos.

Porém, o uso do Skype não é o único sinal de intervenção das funcionalidades da internet durante a emissão. O Facebook demonstra-se também como instrumento indispensável para a divulgação de iniciativas e sites e para a interacção entre locutor e ouvintes. A rede social estabelece-se, assim, como mais um meio de Candeias se aproximar dos seus ouvintes. "Aqui no Facebook o Eduardo está em Zurique e diz-nos que é dia de comer castanhas na sua terra".

No estúdio principal, onde decorre a emissão, o ambiente é descontraído. Acompanhado por quatro tele-

visões, sintonizadas em canais como a Sky News, CNN e SIC Notícias, José Candeias recebe um dos seus primeiros telefonemas: "Bom dia, Joaquim. O nome da sua terra é que acho fantástico, Lavacolhos", sublinha Candeias, em tom de brincadeira. Em resposta, o ouvinte alimenta o jogo de palavras: "As pessoas às vezes fazem certas malandrices com isso, acrescentam umas letras". Para o locutor é importante "ter piada sem ser brejeiro. Uma private joke, sem ordinarices".

Às 6h15, logo depois do segundo noticiário, tem início o Jogo da Língua. "Oferecemos um livro de autores portugueses aos nossos ouvintes em troca de uma resposta sobre a Língua Portuguesa. Temos sempre a resposta preparada. Depois [do ouvinte responder] metemos no ar", comenta Carlos, o produtor do programa.

O relógio não pára e as 7h aproximam-se. Chega António Macedo, tratado por muitos como a "lenda viva da rádio", para tomar conta do microfone durante as próximas horas. "Se a temperatura disto não melhorar, segunda não venho", ameaça António, queixando-se das altas temperaturas que se fazem sentir no estúdio. Sorrindo, Candeias responde: "António, estou cheio de calor. Não te consigo ouvir".

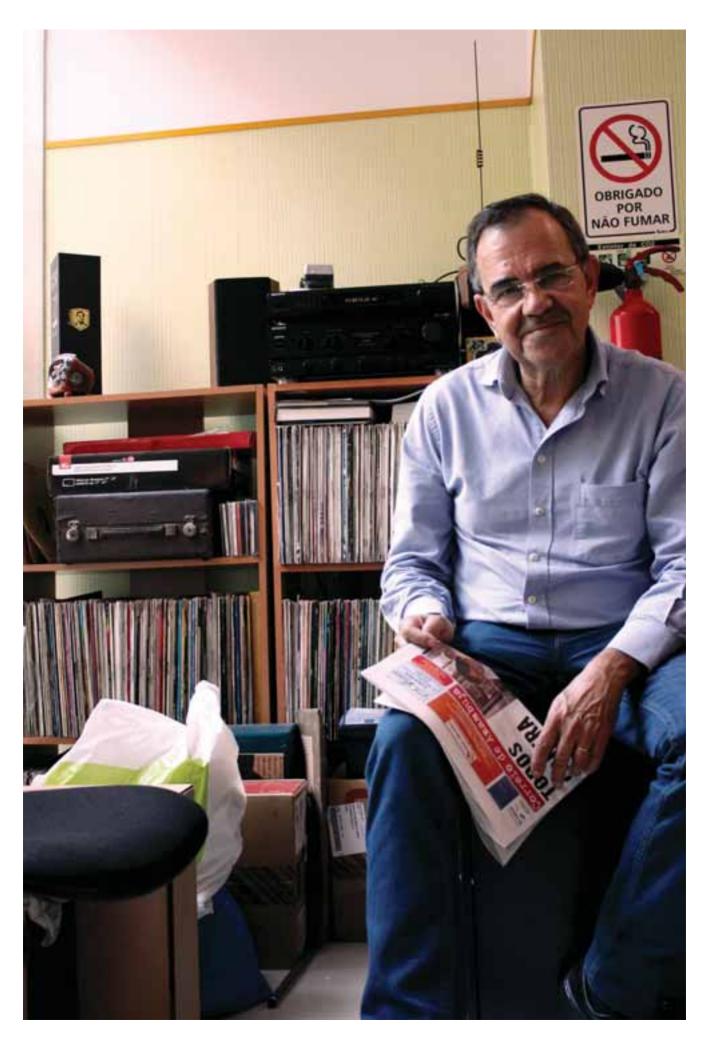
OUTRA REALIDADE...

São 6h30 da manhã. O Sol ainda não nasceu. Uma das principais ruas da vila de Azambuja, distrito de Lisboa, mantém-se deserta. Miguel Rodrigues, de 39 anos, um dos quatro membros da equipa de trabalho da Ribatejo FM, é a primeira pessoa a entrar no Centro Comercial Atrium. O silêncio predomina. Miguel abre a porta da redacção, acende a luz e liga o rádio. Pouco depois dirige-se ao computador para editar o primeiro noticiário do dia.

Dez minutos antes das 7h00 chega Paulo Ferreira de Melo. O jornalista e radialista tem 56 anos. Durante a sua carreira de 21 anos já passou pela Rádio Clube Português (RCP), Cidade FM, Rádio Comercial, Romântica FM e TVI. Agora, na Ribatejo FM, comanda todo o prime time da rádio, entre as 7h e as 10h. "Bom dia! Vamos a mais uma edição do Tudo é Possível. Eu, Paulo Ferreira de Melo, hoje conto com a companhia de Miguel Rodrigues na redacção e Ana Carrilho na administração".

A Ribatejo FM foca-se, sobretudo, em dar notícias positivas e de âmbito nacional, não ficando presa à região em que está inserida. "Não noticiamos catástrofes. Não somos sensacionalistas. Concentramo-nos em notícias positivas e que afectem o bolso dos nossos ouvintes", afirma Miguel Rodrigues. No entanto, para uma equipa com apenas quatro pessoas, torna-se difícil cobrir todos os acontecimentos, nomeadamente os de carácter nacional. Sendo assim, a Ribatejo cobre, em primeira mão, todos os acontecimentos regionais de relevância mas, no que toca aos nacionais, tem de recorrer ao conglomerado de redes que já ninguém dispensa: a internet.

Sem receber qualquer tipo de apoio financeiro por



"Não gosto de falar com muita gente. Acordar às 4h da manhã, ir para o microfone, preparar essa energia toda. A minha rotina para além do café é para me mentalizar que vou dominar o público"

"Oferecemos um livro de autores portugueses aos nossos ouvintes em troca de uma resposta sobre a Língua Portuguesa. Temos sempre a resposta preparada. Depois [do ouvinte responder] metemos no ar"

[José Candeias]



parte da Câmara Municipal de Azambuja ou por parte do Estado, o que sustenta a rádio regional é a publicidade. "É o único meio de sustentação de uma rádio, de um projecto. É aquilo que nos faz pagar os impostos. É a mola real que nos faz pagar os ordenados, já que nós operamos num serviço universal e gratuito, como pomposamente a lei lhe chama. Não podemos deixar de ter publicidade", esclarece Paulo Ferreira de Melo.

Classificando o jornalismo regional de proximidade bastante mais perigoso que o jornalismo de guerra, Paulo não desmente que, em muitos casos, as rádios e jornais locais, dependentes das autarquias, publiquem apenas o que podem e não o que realmente querem. "A dependência económica de algumas entidades locais ou regionais impede a livre informação. Por outro lado, a profissão de jornalista está cada vez mais a colher alguma suspeição por parte dos políticos, da parte política".

Como se já não bastasse o facto de a Ribatejo FM ter sido a primeira rádio low cost em Portugal, este é também um meio de comunicação que não se fica por enviar informações através de um sinal electromagnético. A rádio é complementada por um jornal, também ele regional. "Há pessoas que gostam de rádio mas não gostam de jornal. Há outras que acham que as notícias da Rádio Ribatejo não se podem perder no éter", diz Paulo Ferreira de Melo.

"Então, a melhor maneira de deixar para o futuro esse sinal seria criar um jornal onde alguns dos factos, algumas das pessoas, algumas das personalidades de Azambuja pudessem ser transcritas da rádio para o jornal, para o papel".

Outro pormenor interessante é o facto de os jornais serem distribuídos utilizando o método dos antigos ardinas que, pela rua, divulgavam em voz alta o seu jornal aos potenciais compradores. Na última sexta-feira de cada mês, a equipa da redacção sai à rua. Por toda a vila de Azambuja, os jornalistas distribuem os jornais a pé. "Estão a distribuir? Pode dar-me já um jornaliznho, se faz favor?", pede, educadamente, um dos habitantes da vila. Satisfeito, Paulo Ferreira de Melo, o director do Correio, sublinha: "Este jornal vende-se que nem pãezinhos quentes". Não se ficando só pela vila, a equipa da Ribatejo percorre todas as nove freguesias do concelho de carro.

"Cada distribuição do Correio de Azambuja é aproveitada ao mesmo tempo para, mensalmente, dar uma volta completa e pormenorizada ao Concelho. Então é possível aos jornalistas, e aos que os acompanham, saber, conhecer, ver, analisar e perceber, num mês, o que aconteceu. Por isso aproveitamos o 'Dia do Ardina' como sendo comparável àquilo que chamaríamos uma presidência aberta", defende o director.

A Ribatejo cobre, em primeira mão, todos os acontecimentos regionais de relevância mas, no que toca aos nacionais, tem de recorrer ao conglomerado de redes que já ninguém dispensa: a Internet

A rádio é
complementada por
um jornal, também
ele regional. "Há
pessoas que gostam
de rádio mas não
gostam de jornal. Há
outras que acham
que as notícias da
Rádio Ribatejo não
se podem perder no
éter"

[Paulo Ferreira de Melo 1



DIFERENTES DINÂMICAS, DIFERENTES PERSPECTIVAS...

As diferenças entre a Antena 1 e a Ribatejo FM não residem apenas no horário do prime time, no número de membros da equipa e muito menos no tamanho do estúdio onde são realizadas as emissões. O público-alvo das duas até é idêntico. Em ambas é composto, maioritariamente, por indivíduos do sexo masculino, com idades compreendidas entre os 25 e os 45 anos. De carácter urbano, estes ouvintes são pessoas activas, ligadas ao comércio e aos serviços, e não reformados ou pensionistas.

Com objectivos de trabalho diferentes, as duas rádios possuem, também, perspectivas diferentes em relação ao futuro da rádio como meio de comunicação fértil. Para José Candeias, o aparecimento de novos meios de comunicação, como a televisão e a internet, nunca afectaram o futuro da rádio. "A televisão é uma grande concorrente e só passou a ser concorrente da rádio quando começou a ser mais imediata. Enquanto a rádio já conseguia programas em que as pessoas entravam em directo, por via telefone ou outras vias, os meios técnicos hoje são tão avançados que permitem à televisão fazer aquilo que a rádio faz".

Desta perspectiva, a televisão inspirou-se, desde sempre, na rádio. Essa inspiração estende-se da recorrência a chamadas telefónicas em directo aos programas temáticos, "os programas de televisão são cópias dos figurinos da rádio". Candeias toma esta confiança como um dado adquirido, utilizando como argumento o facto de as grandes caras da televisão portuguesa serem, também elas, nomes da rádio. Como exemplos, indica Jorge Gabriel, Júlio Isidro, José Carlos Malato e até Júlia Pinheiro, "que começou aqui, comigo".

Já Paulo Ferreira de Melo, da Ribatejo FM, tem uma opinião bastante mais contida em relação a este assunto. "Há duas grandes famílias que dizem basicamente o oposto. Há quem diga que a rádio, provavelmente, ainda tem muita margem de progressão. Há outros que defendem que, ao contrário, a margem de progressão é cada vez mais reduzida. Aqui, na Ribatejo, nós ainda fazemos algum investimento".

Segundo o radialista, uma das possíveis soluções é aliar o meio de radiofusão às novas tecnologias. A expansão da rádio para a internet deixa de a limitar apenas àquilo que emite, transformando-a na forma como emite e onde emite. "Hoje as pessoas passam muito tempo fora de casa, muito tempo nos carros. No futuro, calculo que vá ser possível ouvir várias estações, agora só acessíveis pela internet, nos carros. Os veículos vão ter meios cada vez mais sofisticados. A internet, como ferramenta, vai trazer a rádio, de novo, ao topo".

■



Nos bastidores dos telejornais

RTP1, SIC E TVI

ADELINO GOMES

Lisboa; Tinta da China, 2012

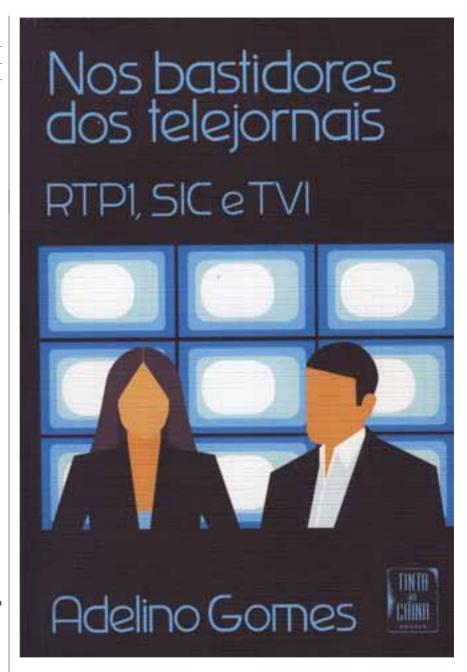
Texto Estrela Serrano

os bastidores dos telejornais, RTP1, SIC e TVI, é um livro baseado essencialmente na tese de doutoramento do autor, o jornalista Adelino Gomes. Para além de uma muito rica bibliografia que o autor trabalha com notória profundidade, o seu percurso profissional como jornalista na rádio, na imprensa e na televisão, inscreve-se de maneira indelével neste seu trabalho na qualidade da escrita, na atenção a detalhes, nas dúvidas e perplexidades resultantes da observação e análise a que procedeu, que escapariam a um olhar menos informado.

Para elaborar a sua tese Adelino Gomes fez *observação participante* na RTP1, SIC e TVI durante uma semana em cada uma das estações, método que completou com *questionários* e *entrevistas em profundidade* aos responsáveis dos três *telejornais* das 20h00, tendo a investigação ocorrido entre 2007 e 2010.

Ao longo das 429 páginas Adelino Gomes traça um quadro rigoroso do processo de organização e emissão do *telejornal* (termo que, para facilidade de exposição, aplica aos "jornais" das 20h00 de cada um dos canais observados).O autor assistiu às conferências de redacção, conviveu com coordenadores, editores, directores e repórteres e acompanhou na régie a emissão dos *telejornais*, registando discussões e decisões num "Diário de campo", verdadeiro guia e base da construção da sua tese e do seu livro.

Trata-se de um trabalho inovador, porventura o primeiro do género realizado sobre os *telejornais* das televisões portuguesas, inspirado na obra clássica de Herbert Ganz, "Deciding What's News" (1979), de



Para elaborar a sua tese Adelino Gomes fez observação participante na RTP1, SIC e TVI durante uma semana em cada uma das estações, método que completou com questionários e entrevistas em profundidade aos responsáveis dos três telejornais das 20h00 grande interesse para investigadores dos média e para o cidadão comum pela possibilidade que proporciona de conhecimento de processos e critérios de decisão sobre a informação que chega aos cidadãos nos *telejornais* das 20 horas dos principais canais generalistas nacionais.

A figura do gatekeeper, tal como definida por White em 1950, constitui um dos elementos centrais da investigação. No contexto que caracteriza a produção e emissão dos telejornais, Adelino Gomes identifica o gatekeeper na pessoa do coordenador do telejornal - o jornalista que acompanha, com notória autonomia, a elaboração e execução do alinhamento - vendo nele a "figura-chave" que toma as decisões sobre o que é ou não emitido, representando, para o autor, o modelo mais próximo do gatekeeper na versão histórica de White. Os "Diários de campo" em que Adelino Gomes anota os resultados da sua observação são documentos riquíssimos para a compreensão de como se organiza o alinhamento de um telejornal e das suas principais determinantes internas e externas.

Relacionados com a figura e o papel do gatekeeper, o autor identifica entre esses elementos determinantes na organização e emissão do telejornal a importância do zapping e o peso das audiências no momento da tomada de decisões sobre as peças a emitir, já com o telejornal "no ar": "audiências ao minuto" e "audiências, sempre e em primeiro lugar", são frases usadas pelo autor para significar a atenção permanente do coordenador de cada telejornal ao telejornal da concorrência, com consequências no "fazer e desfazer do alinhamento" e nas suas "mil e uma voltas" ao sabor não de critérios jornalísticos ou de interesse público mas de captação de mais públicos.

Adelino Gomes constata que o alinhamento dos *telejornais* não obedece a critérios editoriais: "após a transmissão do primeiro e, eventualmente, do segundo bloco, o alinhamento, a coerência temática e o número de peças que irão ser transmitidas dependem de factores exógenos ao jornalismo", escreve. Porém, constata também que nos depoimentos e entrevistas que completam a sua observação "no terreno" os profissionais reafirmam fidelidade aos valores jornalísticos e aos princípios éticos e deontológicos da profissão, sem contudo negarem a importância das audiências e a influência do *zapping*.

Nos questionários e entrevistas com os responsáveis dos *telejornais*, Adelino Gomes confronta-os com os resultados da sua observação, nomeadamente com o que verificou ser, embora em graus diferentes de canal para canal, a desvalorização da conferência de redacção, tornada, segundo o autor, de um lugar de discussão e análise crítica em "instância burocrática de apresentação do menu informativo de cada editoria", por outras palavras, num ritual sem conteúdo nem debate substancial.

A autonomia do campo jornalístico é outro dos conceitos que percorre o trabalho e que o autor enquadra não no sentido habitualmente considerado, de uma autonomia face aos poderes tradicionais, político, económico, etc., mas uma autonomia face aos ditames da concorrência, controlada pelo zapping e traduzida em audiências. De notar, porém, que embora a sua observação não se tenha detido na identificação dos poderes citados, Adelino Gomes faz questão de referir, num dos seus "Diários de campo" relativo à RTP, que "não encont[rou] (...) sinais

visíveis, directos ou indirectos, da insistentemente proclamada subjugação dos jornalistas, ou mesmo dos seus editores, ao poder político".

No final do livro, Adelino regressa às perguntas e conceitos que nortearam a sua investigação, questionando a possível reconfiguração do *gatekeeper* no contexto de um jornalismo dominado pela tecnologia, pelas audiências e pela comunicação em rede e interroga-se sobre se o *gatekeeper* de White ainda existe ou se não estaremos hoje face a múltiplos *gatekeepers*.

O autor problematiza também a questão da autonomia do campo do jornalismo, numa época marcada pela contradição entre as possibilidades proporcionadas pela tecnologia - basta "uma pequena parabólica" e a internet para ser possível emitir uma reportagem a partir dos confins do mundo (como refere um membro da redacção ouvido na pesquisa, para exemplificar o elevado grau de autonomia de que disfruta) mas, por outro lado, a constatação de que o jornalista se tornou prisioneiro do telecomando, condicionado pelo zapping e dependente das audiências.

Há neste livro uma interrogação permanente e imanente ao sub-texto, que consiste em saber o que é ser jornalista no mundo contemporâneo, sobretudo jornalista de televisão. Credibilidade, responsabilidade social e individual, desafio ético, tornam-se, para o autor, conceitos-chave indispensáveis para uma resposta.

O livro termina com uma interessante síntese em "10 rounds" sobre a reflexão a que o autor procedeu no decurso da investigação, explorando desafios, perplexidades e possíveis sentidos do que poderá ser o "próximo jornalismo", num tempo em que o "poder de informar" está ao alcance de todos.



As Primeiras Mulheres Repórteres - Portugal nos anos 60 e 70

ISABEL VENTURA

Tinta-da-China, 2012, 206 p.

Texto Liliana Pacheco

a sociedade portuguesa dos anos 60 e 70 - conservadora, machista e sob grande influência da Igreja Católica -, encontrar uma mulher nas redacções estava longe de ser a norma. As "senhoras" estavam confinadas a publicações ou suplementos dedicadas ao público feminino. Alice Vieira, Edite Soeiro, Diana Andringa, Leonor Pinhão, Maria Antónia Palla e Maria Teresa Horta tinham, no entanto, outro projecto para elas próprias.

Quando estas mulheres chegaram aos jornais, procuraram dedicar-se a todos os géneros jornalísticos. Foi por causa delas, e de outras como elas, que a configuração das redacções mudou, e, consequentemente, o próprio o jornalismo.

As jornalistas passam de entrevistadoras a entrevistadas: todas viveram a experiência do matrimónio e da maternidade. Quase todas têm livros publicados e frequentaram o ensino superior, com a excepção, em ambos os casos, de Edite Soeiro, que entrou no jornalismo com 16 anos, em Benguela. Tirando Leonor Pinhão, todas se bateram contra a censura e contra a desvantagem de serem mulheres numa profissão dominada por homens.

O aparecimento de empresários e gestores mais abertos à inovação não é alheio ao facto de se assistir, ao longo dos anos 70, a uma recomposição das redacções em Portugal, com a entrada de jovens, escritores, universitários e mulheres. Há também um prenúncio de morte das velhas empresas familiares e o arranque de uma nova fase na comunicação social, caracterizada



Se depois da Revolução dos Cravos, a igualdade formal estava conquistada, a evolução das mulheres no jornalismo continuou a fazer-se lentamente, ao ritmo da sociedade portuguesa

pela luta pelas audiências e comercialização da informação - que despertaria o interesse político e financeiro pelo domínio da imprensa e os movimentos de concentração da propriedade, até então inéditos em Portugal.

Se depois da Revolução dos Cravos, a igualdade formal estava conquistada, a evolução das mulheres no jornalismo continuou a fazer-se lentamente, ao ritmo da sociedade portuguesa, como percebemos pelos testemunhos. Diana Andringa refere ainda que as reacções à presença das mulheres nas redacções eram mais ou menos amigáveis consoante a faixa etária dos colegas, mas ainda assim uma mulher ocupar uma posição de chefia numa redacção era um facto raro e que causava estranheza.

Vale a pena apontar que, hoje em dia, mais de metade dos jornalistas com carteira profissional são mulheres, embora os lugares de chefia continuem, maioritariamente, ocupados por homens.

Sem cursos de jornalismo, o recrutamento de jornalistas fazia-se, à época, através de meios informais, já que a classe era fechada ao exterior. A entrada destas mulheres nas redacções dava-se, muitas vezes, devido a um laço familiar ou como um favor concedido ao pai ou ao marido, e não devido ao reconhecimento das competências próprias das jornalistas. Nalguns casos, como o de Alice Vieira,

acontecia através da colaboração com os suplementos juvenis.

No que diz respeito às questões de comportamento, e mesmo do aspecto, Maria Antónia Palla assume que se tentava demarcar do comportamento dos jornalistas homens e usar roupas recatadas, enquanto outras (Diana Andringa, Alice Vieira) se aproximavam do grupo dominante, partilhando determinados hábitos, como os convívios depois do fecho do jornal.

Além dos colegas e das chefias, as mulheres jornalistas encontravam também, frequentemente, resistência por parte das famílias, já que não era uma profissão bem vista para uma mulher, mesmo que letrada. Por parte dos colegas, são relatados episódios avulso de discriminação, relacionados com a crença da não adequação das características femininas ao trabalho, mas não uma diferenciação efectiva. Ou seja, as jornalistas recordam a discriminação no "grupo dos jornalistas" no abstracto, mas quando personalizam, recordam-se de um ou outro caso excepcional, às vezes envolvendo chefias. Maria Antónia Palla refere que a reportagem era "a prova máxima, aquela que os colegas achavam que as mulheres não conseguiriam fazer".

A segregação dentro do espaço da redacção e a limitação dos trabalhos das jornalistas a determinados temas eram outras das estratégias de fechamento que algumas das entrevistadas apontam.

Aborda-se no livro a questão do feminismo, palavra que carrega um peso simbólico, como assume Maria Teresa Horta, e que por isso é muitas vezes evitada pelas próprias mulheres. É referido o caso do livro As Novas Cartas Portuguesas e o julgamento das suas autoras, que conquistou grande atenção mediática fora de Portugal, enquanto cá, refere Maria Teresa Horta, nenhum colega cobriu a história, o que teria sido, para a

escritora, uma forma de mostrar solidariedade, mesmo que não passasse pelo crivo da censura. A escritora confessa que muitos dos seus próprios colegas não se sentiam confortáveis com o conteúdo do texto e por ter sido escrito por três mulheres.

O livro de Isabel Ventura debruca-se sobre estas mulheres repórteres, mas vai mais além, como o título indica, desenhando um retrato da sociedade portuguesa na transição entre dois regimes e, particularmente, o papel das mulheres durante todo este processo. Não é apenas uma obra atraente para amantes de jornalismo ou estudos de género, mas uma leitura escorreita e interessante para o público em geral. Parte da tese de mestrado da sua autora (intitulada "A Emergência das Mulheres Repórteres nas Décadas de 60 e 70"), que actualmente se encontra a realizar uma investigação de doutoramento, sobre a reprodução de desigualdade de género na lei e nas suas práticas relativamente aos crimes de violação.

www.propublica.org

Jornalismo de Investigação com participação cidadã

ProPublica, organização sem fins lucrativos dedicada ao fomento do Jornalismo de Investigação, tem vindo a encorajar a participação da sua comunidade de leitores no processo editorial. Primeiro através do lançamento da secção "Get Involved" (www.propublica.org/getinvolved), na qual se incentiva o público a colaborar, quer por via da discussão de tópicos, quer contribuindo com análise de dados e ideias para histórias eventualmente merecedoras de um aprofundamento jornalístico, quer aderindo a grupos de investigação constituídos pela ProPublica. Trata-se de um modelo de participação que não se restringe ao "site" da organização, lançando pontes também para grupos do Facebook relacionados com investigações em preparação ou em curso. O entusiasmo gerado pelo "Get Involved" levou os responsáveis da *ProPublica* a procurarem outras formas de desenvolver esta ideia de Jornalismo Colaborativo. O passo seguinte foi a abertura de um "subreddit" na plataforma Reddit, intitulado "Investigate This News" (www.reddit.com/r/InvestigateThisNews/comments/1aszg5/hell o reddit lets talk about investigative news). Aqui os utilizadores registados colocam "links" ou textos que outros utilizadores classificam "para cima" ou "para baixo". Dependendo das classificações obtidas, esses conteúdos alcançam maior ou menor destaque nas páginas do Reddit. "Subreddits" são áreas de interesse no interior do "site". No "subreddit" "Investigate This News", os leitores são convidados a colocar ideias de



histórias para investigação que o público, entretanto, discute e classifica, cabendo aos editores da *ProPublica* decidir, em função dessa interacção, que trabalhos devem avançar. Em ambiente de total abertura, repórteres de outros meios de comunicação são, igualmente, convidados a aproveitar ideias de investigação geradas neste fluxo do *Reddit*.

Uma outra funcionalidade do *Reddit*, a *AMA* (Ask Me Anything), tem estado a ser utilizada por inúmeros jornalistas – o caso de Tom Standage, editor da versão digital da revista *The Economist* (www.reddit.com/r/IAmA/comments/16b9ji/i_am_tom_standage_digital_editor_at_the_economist) –, com o mesmo objectivo de potenciar efeitos da interacção com os leitores.

www.tout.com | https://vine.co

O Tempo do vídeo móvel



out é um "site" e uma aplicação para iPhone que permite criar e partilhar pequenos vídeos de 15 segundos em tempo real. Começou por destinar-se aos consumidores domésticos, mas rapidamente suscitou o interesse de empresas de media que viram no produto potencialidades jornalísticas. A primeira publicação a avançar para a integração do Tout na sua oferta multimédia foi o Wall Street Journal, que encomendou uma

http://go.bloomberg.com/tech-blog/2012-12-20-the-new-york-times-paywall-is-working-better-than-anyone-had-guessed

Cada vez menos jornais gratuitos na net

cossados por quebras drásticas nas receitas provenientes da publicidade e das vendas em papel, um número crescente de jornais tem aderido às "paywalls", nas suas versões "online", como forma de minimizar as perdas e, ao mesmo tempo, conter a fuga de leitores das edições impressas. Nos EUA, já cerca de quatro centenas de publicações cobram pelo acesso aos seus conteúdos digitais. Mesmo o Washington Post (www.washingtonpost.com), o último dos grandes resistentes, prepara-se para introduzir

uma "paywall", neste Verão.

O modelo de subscrição paga das publicações electrónicas continua a não ser consensual. Mas vão-se acumulando os argumentos em seu favor, capazes de convencer os mais acérrimos detractores. O grupo Gannett, o maior conglomerado norte-

americano de media, reportou,

recentemente, um aumento de 17% da circulação total das suas publicações, após ter decidido começar a cobrar pelos conteúdos "online". O caso mais notório de sucesso – e o exemplo que todos têm em mente quando abraçam um modelo de "paywall" – é o do *New York Times/International Herald Tribune (www.nytimes.com &*

http://global.nytimes.com/?iht). Um ano e meio depois de ter instituído a "paywall", o título nova-iorquino superou todas as expectativas de receitas, gerando 91 milhões de dólares (71 milhões de euros) em subscrições digitais, o equivalente a 12% do total de subscrições. Constatou-se, igualmente, que as receitas das subscrições aumentaram a

um ritmo superior ao das perdas das receitas publicitárias. A "paywall" permitiu, deste modo, não só compensar estas perdas – a venda de publicidade nas edições "online" temse revelado um "flop" generalizado –, como estancar o declínio da circulação das edições em papel do *NYT* e do seu congénere *IHT*.

Também o Reino Unido tem proporcionado um interessante caso de estudo, nesta matéria. Recentemente, o Daily Telegraph (www.telegraph.co.uk) juntou-se ao clube

da "paywall", do qual fazem parte quase todos os principais títulos britânicos. A excepção mais notória é o *Guardian (www.guardian.co.uk)*, que resiste a fazer-se pagar na Net. No entanto, pode perguntar-se: até quando? Isto porque em terras de Sua Majestade as subscrições digitais pagas têm-se revelado um factor já de razoável importância para a

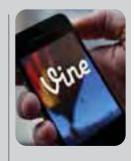
sustentabilidade financeira das publicações. Como explica Andrew Smith, no *Huffington Post* (www.huffingtonpost.co.uk/andrew-smith/fourth-estate-paywall-media_b_2982743.html), o Times (www.thetimes.co.uk), por exemplo, perdeu leitores "online" desde que passou a ser pago, em 2010. Mas, entre Janeiro de 2012 e Janeiro de 2013, perdeu apenas 1% da circulação em papel, enquanto que o *Guardian* reforçou a audiência "online" em 13%, mas perdeu 11% na circulação em papel. Juntamente com o rombo nas receitas publicitárias, o *Guardian* acumulou

perdas de 76 milhões de libras (84 milhões de euros), no

aplicação cliente e criou, a partir dela, o WorldStream (www.wsj.com/worldstream), baseado no Tout. Nesta altura, os cerca de 2 mil correspondentes de que o WSJ dispõe no mundo inteiro estão equipados com iPhones dotados da aplicação e todos contribuem para o "feed" de vídeos WorldStream. Os "clips" podem ser também integrados em artigos e blogues. O WorldStream gera já 30 a 35 milhões de visualizações por mês, tendo-se tornado

muito atractivo como plataforma para colocação de anúncios. Outras grandes companhias de media já celebraram acordos com a Tout para desenvolverem plataformas idênticas, casos da *CBS*, *Fox* e *NBC*. No "site" da *PBS*, explica-se como fazer um aproveitamento jornalístico do Vine, uma outra aplicação de vídeo para iPhone semelhante ao Tout (www.pbs.org/idealab/2013/03/how-journalists-can-use-vine087.html).

biénio de 2011/2012.





www.niemanlab.org/2013/03/whats-new-in-digital-scholarship-real-time-censorship-and-whether-online-news-actually-increases-knowledge

O filtro da Investigação em jornalismo digital

ournalist's Resource (http://journalistsresource.org) é um projecto do Centro Shorenstein da Harvard Kennedy School dedicado à análise da investigação académica que se vai produzindo sobre Jornalismo Digital. Todos os meses, o editor executivo da JR, John Wihbey, apresenta, no "site" do Nieman Journalism Lab, uma selecção daquilo que de melhor existe.

No último mês de Marco, Wihbey escolheu oito estudos.

Num deles, da autoria de Adrienne Russell, da Universidade de Denver, expõe-se o modo como os media tradicionais estão a ser confrontados em espaços híbridos, criados pela nova lógica participatória da

cultura digital. Russell analisou a cobertura mediática da Cimeira do Clima, em Durban, em 2011, e percebeu que diversas ONG's e outras organizações da sociedade civil presentes na África do Sul tiveram um papel mais robusto e dinâmico enquanto produtores de informação do que alguns media estabelecidos, como o próprio *New York Times*. Ouviram protagonistas, constituiram-se como

espaço público de debate e serviram, inclusivamente, como fontes de informação dos media tradicionais. Outro estudo, de Jane B. Singer, da Universidade de Iowa, fornece uma perspectiva estimulante sobre o universo dos leitores nas plataformas digitais, classificando-os como "filtros secundários da notícia". A autora defende que existe uma nova "visibilidade gerada pelo utilizador", transformado em "filtro secundário num espaço mediático partilhado". A ideia central de Singer é a de que, actualmente, uma audiência cada vez mais activa comunica os seus gostos aos produtores da notícia, influenciando-os. De certa forma, "decide" o que tem mais ou menos valor noticioso, seja através das omnipresentes secções "o mais popular", nos "sites" informativos, seja

através das caixas de comentários, seja por via da nova prática de "gosto" ou "não gosto", nas redes sociais. Ou seja, indirectamente, os leitores acabam por partilhar com os jornalistas a função de "peneirar" as notícias, escolhendo não só aquilo que querem para si mesmos, mas também aquilo que irá ser dado a outros no futuro. E estará a oferta de informação "online" a contribuir para um alargamento da compreensão das políticas públicas? Um estudo da autoria de Hai Tran, da Universidade DePaul, considera que não. Baseado em dados do Pew Research Center sobre o consumo de notícias, o investigador constata que os grupos de

estatuto sócio-económico elevado são mais activos na procura da notícia e tiram vantagem das novas tecnologias nesse processo, mas "de um modo geral, o 'online' não contribuiu para a aprendizagem política". Talvez porque, acrescenta, "a notícia 'online' é altamente individualizada, talhada para as preferências pessoais, o que limita a sua capacidade de informar

sobre um leque mais alargado de

questões relevantes para a sociedade". Wihbey dá ainda destaque ao relatório do Pew Research Center sobre o Estado dos Media em 2013. Que contém algumas conclusões desoladoras: os leitores estão a desertar de publicações que reduziram pessoal e cortaram na quantidade e qualidade das notícias (quase um terço diz que deixou de ler um determinado jornal porque deixou de lá encontrar aquilo a que se acostumou); e para metade dos inquiridos neste estudo do PRC, a generalidade das notícias que são hoje publicadas não são tão completas como antigamente. O relatório diz também que a publicidade nos jornais norte-americanos caiu 60%, numa década. No mesmo período, os empregos nos media cairam 30%.



Todo o tipo de soluções gráficas



Design Gráfico | Arte-final | Pré-impressão Impressão Digital | Impressão Offset | Acabamentos

Morada: Lugar da Charneca de Baixo, Armazém L - 2710 - 449 Ral - SINTRA Tel.: 21 961 34 75/6 | FAX: 21 961 30 71

E-mail: geral@pre-e-press.com | Site: www.pre-e-press.com



Entre nós e as palavras

Enquanto nestas últimas semanas me debatia comigo própria sobre o que escrever numa crónica de três mil e quinhentos caracteres sobre jornalismo e jornalistas, enorme dificuldade para quem nunca escreveu crónica e prefere dar forma às palavras dos outros do que descobrir as suas, encontrei-me, por intermédio do meu amigo Ricardo J. Rodrigues, jornalista como eu, com um poema de Mário Cesariny que diz: «e entre nós e as palavras, o nosso dever falar».



CATARINA PIRES

nquanto nestas últimas semanas me debatia comigo própria sobre o que escrever numa crónica de três mil e quinhentos caracteres sobre jornalismo e jornalistas, enorme dificuldade para quem nunca escreveu crónica e prefere dar forma às palavras dos outros do que descobrir as suas, encontrei-me, por intermédio do meu amigo Ricardo J. Rodrigues, jornalista como eu, com um poema de Mário Cesariny que diz: «e entre nós e as palavras, o nosso dever falar».

Estranhamente, a beleza das palavras de Cesariny chocou com a fealdade das que anunciam mais austeridade pela boca de um primeiro ministro que parece querer transformar este país no lugar mal frequentado de que falava Almada Negreiros.

E chocou de frente porque as palavras são o instrumento de trabalho dos jornalistas. É através delas que deciframos o mundo e o desvendamos aos outros, contamos histórias que valem a pena ser contadas, fazemos perguntas, procuramos respostas, pensamos, questionamos, escrevemos. E toda esta austeridade acaba com as palavras. E acabar com as palavras é acabar com o jornalismo.

Acaba com as palavras quando afunila o pensamento e cria insegurança e instabilidade e retira qualidade de vida e promove o medo de existir e nos convida a sair e transforma livros e jornais e revistas em bens de luxo. Mas acaba, sobretudo, com as palavras quando corta cega e desnorteadamente na educação e cria gerações de gente que não as sabe usar, não as sabe ler, não sabe, muitas vezes, como se escrevem. Gente que quer ser, é, jornalista. Gente que devia ser, é cada vez menos, leitor.

Quando se pensa sobre jornalismo e o futuro

que tem, pode reflectir-se, e reflecte-se invariavelmente, sobre os novos suportes, o fim do papel, as novas tecnologias, a internet, as redes sociais, o acesso à informação, as relação mais ou menos transparentes com as fontes. Pode discutir-se as novas formas de censura. Pode lamentar-se a dependência cada vez maior da publicidade e dos interesses económicos. Pode questionar-se o carácter monocórdico da informação recebida e transmitida, espelhado na queixa de muitos leitores (e espectadores) de que todos os jornais e telejornais dão as mesmas notícias, de ângulos geralmente idênticos. Pode perguntarse se os jornalistas continuarão a permitir ser reduzidos à condição de papagaios da informação que lhes é fornecida por portavozes, agências de comunicação e quejandos, colados à secretária, em frente ao computador, com o telefone ao lado, a ver o mundo mais ou menos desfocado que lhes entra e-mail ou google ou facebook adentro. Pode questionar-se se não saem à procura de histórias, a ver com os próprios olhos o que se passa lá fora, naquele mundo sobre o qual têm o dever de informar o leitor, porque isso não lhes é permitido ou porque se acomodaram. Pode indagar-se o que foi feito da curiosidade que os trouxe até aqui e onde estão guardadas todas as perguntas que queriam fazer.

Pode-se tudo isso e, no entanto, penso eu, antes de tudo isso devíamos perguntar(-nos) o que existe entre nós e as palavras. Porque, em última análise, é isso que fará o jornalismo resistir, é isso que lhe dará futuro, em papel ou em qualquer outro suporte. Porque nos dará jornalistas. Porque nos dará leitores. Porque farnos-á sentir o nosso dever falar.







O NEGÓCIO DA SUA VIDA COMEÇA AOS 40.

O Fundo Bem Comum é uma iniciativa que conta com o investimento da Caixa e que tem como objetivo apoiar projetos de criação de empresas com potencial económico. Destina-se a pessoas com mais de 40 anos, desempregados ou em risco de perder o emprego, que tenham uma boa ideia de negócio. Comece por ir a www.bem.comum.pt, apresente a sua ideia e saiba como transformá-la no seu negócio. Informe-se numa agência ou gabinete Caixa Empresas.

HÁ UM BANCO QUE MEXE E FAZ MEXER O PAÍS. A CAIXA, COM CERTEZA.



